

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ângela Rosário Loureiro Abreu

**ESTUDO DE VALIDAÇÃO DA ESCALA
DE BAIXO AUTOCONTROLO NUMA
AMOSTRA DE ADULTOS DA
POPULAÇÃO FORENSE**

**Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica e da Saúde
(área de subespecialização em Psicologia Forense) orientada pela Professora
Doutora Isabel Maria Marques Alberto e apresentada à Faculdade de Psicologia e
de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.**

Outubro de 2021

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrole numa amostra de adultos da população forense

Resumo

A presente investigação teve como principal objetivo o estudo das características psicométricas da Escala de Baixo Autocontrole, adaptada por Fonseca (2002), com recurso a uma amostra de pais/mães avaliados em contexto forense. Para tal, procurou-se analisar a consistência interna, a validade concorrente e a influência das variáveis sociodemográficas como o sexo, a idade e o tipo de processo judicial nos resultados na Escala de Baixo Autocontrole. Recorreu-se a uma amostra da população forense (n= 32) com idades compreendidas entre os 22 e os 54 anos. A recolha da amostra resulta do processo regular de avaliação psicológica, pelo que seguiu os procedimentos habituais deste contexto. O protocolo de investigação é composto por um questionário sociodemográfico de caracterização da amostra e cinco escalas de autorresposta, nomeadamente a Escala de Baixo Autocontrole, a Escala de Impulsividade de Barratt, o Inventário de Avaliação Comportamental de Funções Executivas, o Inventário de Sintomas Psicopatológicos e a Escala de Desejabilidade Social.

Os resultados obtidos nos estudos de precisão indicam qualidades psicométricas ao nível da consistência interna que variam entre inaceitáveis (subescalas Preferência por atividades físicas e Tendência para tomada de risco) e razoáveis, nas restantes subescalas e para o Total. Registaram-se correlações positivas, moderadas e elevadas, com significância estatística, entre o Total da Escala de Baixo Autocontrole e as suas subescalas. No entanto, entre as diversas subescalas as correlações foram geralmente baixas. No que diz respeito à validade concorrente, obtiveram-se correlações positivas, moderadas e elevadas, com significância estatística, entre as subescalas do BRIEF-A e o Total da Escala de Baixo Autocontrole. As subescalas do BSI apresentam correlações positivas, variando entre moderada e elevada correlação, com significância estatística, com a subescala Temperamento Volátil da Escala de Baixo Autocontrole. Não se observou correlação estatisticamente significativa entre a Escala de Baixo Autocontrole e o Total da BIS-11. Os coeficientes de correlação entre a DESCA e a Escala de Baixo Autocontrole são moderados, especificamente na subescala de Gestão de Imagem Social. No entanto, sendo de sentido positivo, não parecem

traduzir uma gestão de imagem positiva, pois quanto maior é o resultado na EBA, mais baixo é o autocontrolo.

Palavras-chave: Autocontrolo, parentalidade, validação, amostra forense

Validation study of Low Self-Control Scale on a forensic population sample

Abstract

The current study's main goal was to analyse the psychometric characteristics of the Low Self-Control Scale, adapted to Portuguese by Fonseca (2002), using a sample of fathers/mothers taken in a forensic context. To this end, internal consistency, concurrent validity and the influence of sociodemographic variables such as gender, age and type of lawsuit on the results of the Low Self-Control Scale were analyzed. A sample of the forensic population (n = 32) aged between 22 and 54 years was used. The sample results from the regular process of psychological assessment, so it followed the usual procedures in this context. The research protocol consists of a sociodemographic questionnaire to characterize the sample and five self-response scales, namely the Low Self-Control Scale, the Barratt Impulsiveness Scale, the Executive Functions Behavior Assessment Inventory, the Psychopathological Symptom Inventory and the Social Desirability Scale.

The results obtained in the precision studies indicate the psychometric classifications at the level of internal consistency ranging from unacceptable (subscales Preference for Physical Activities and Tendency to Risk Taking) and reasonable, in the remaining subscales and for the Total. There were positive, moderate and high correlations, with statistical significance, between the Low Self-Control Scale Total and its subscales. However, among the various subscales the correlations were generally low. With regard to concurrent validation, positive, moderate and high correlations were obtained, with statistical significance, between the BRIEF-A subscales and the Low Self-Control Scale Total. The BSI subscales show positive correlations, ranging from moderate to high correlation, with statistical significance, with the Volatile Temperament subscale of the Low Self-Control Scale. There was no statistically correlation between the Low Self-Control Scale and the BIS-11 Total. The correlation coefficients between DESCA and the Low Self-Control Scale are moderate, specifically in the Social Image Management subscale. However, being in a positive sense, it does not seem to translate a positive image management, as the higher the EBA result, the lower the self-control.

Key-words: self-control, parenthood, validation, forensic sample

Agradecimentos

À Professora Doutora Isabel Alberto, por toda a paciência, ajuda, atenção, por cada sugestão e correção.

Aos meus pais, que sempre ajudaram no meu percurso.

Aos meus irmãos, às minhas cunhadas, às minhas sobrinhas e sobrinho por todo o apoio ao longo do curso.

Às minhas amigas Andreia e Louro, que foram as minhas companheiras durante estes cinco anos.

Às minhas amigas Anna e Kátia, por todos os momentos que tivemos juntas ao longo dos últimos anos.

Às pessoas que colaboraram para que fosse possível a concretização desta dissertação.

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Concetual	1
1.1. Definição e concetualização de Autocontrolo	1
1.2. Baixo Autocontrolo e o contributo da Teoria Geral do Crime	6
1.3. Baixo Autocontrolo e Parentalidade	9
1.4. Instrumentos de Avaliação do Autocontrolo na população adulta	13
1.4.1. Escala de Baixo Autocontrolo (Grasmick, Tittle, Bursik, & Arneklev, 1993).....	15
2. Objetivos	18
3. Metodologia	18
3.1. Amostra	18
3.2. Instrumentos	20
3.2.1. Questionário Sociodemográfico.....	21
3.2.2. Escala de Baixo Autocontrolo (EBA; Grasmick, Tittle, Bursik, & Arneklev, 1993; Fonseca, 2002).....	21
3.2.3. Inventário de Avaliação Comportamental de Funções – Versão de autoavaliação para adultos (BRIEF-A; Ribeiro, Cruz-Santos, & Miranda-Correia, 2012)	21
3.2.4. Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI; Derogatis, 1982; Canavarro, 1999, 2007).....	22
3.2.5. Escala de Impulsividade de Barratt (BIS-11; Patton, Stanford, & Barratt, 1995; Stanford et al., 2009; versão port., Cruz & Barbosa, 2012)	23
3.2.6. Escala de Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA; Oliveira, J., Alberto, I., & Fonseca, M., 2012).....	24
3.3. Procedimentos.....	25
4. Resultados	25
4.1. Análise da Fiabilidade.....	25
4.2. Estudos de Validade: Análise das intercorrelações entre as subescalas Escala de Baixo Autocontrolo e das correlações entre a EBA e o Inventário de Avaliação Comportamental de Funções Executivas (BRIEF-A), o Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI), a Escala de Impulsividade de Barrat (BIS-11) e a Escala de Desejabilidade Social (DESCA).....	29
4.3. Análise da influência de variáveis sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade e tipo de processo judicial) nos resultados da Escala de Baixo Autocontrolo.....	32
5. Discussão	34
6. Conclusão.....	38

Referências	40
Anexos.....	58

Introdução

A avaliação psicológica integra uma prática fundamental do psicólogo no domínio da Psicologia Forense. Contudo, apenas recentemente é que o envolvimento no contexto judicial destes profissionais se tornou mais proeminente (Ackerman, 2010). Em Portugal e, durante muito tempo, o trabalho realizado na área da psicologia forense era limitado e pouco metódico, refletindo o pequeno interesse pela disciplina (Fonseca, 2006). A avaliação psicológica no contexto forense, para além de ser um aspeto distintivo da especialização em psicologia (Simões, 2005), é cada vez mais uma área fulcral onde o psicólogo deve ter formação atualizada e qualificação específica, para que possa responder aos requisitos do enquadramento judicial. Sendo a avaliação em contexto forense particularmente exigente, deve apoiar-se em instrumentos de avaliação psicológica com validade e fidedignidade já documentadas e estabelecidas (através de estudos de validação) e que reúnam consenso, à luz da literatura, quanto às suas características psicométricas e à sua utilidade (Heilbrun et al., 2009).

Sendo que o autocontrolo tem um papel importante no ajustamento psicológico e social, é crucial desenvolver investigação na validação de medidas que permitam a sua avaliação e, conseqüentemente, a possibilidade de planificação de eventuais intervenções neste campo (Fonseca, 2002). Particularmente em contexto forense, nomeadamente em processos relativos ao exercício da parentalidade (Processos de Promoção e Proteção ou Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais), o estudo do autocontrolo tem sido escasso.

O presente estudo tem como objetivo a validação da Escala de Baixo Autocontrolo, versão reduzida da Escala de Autocontrolo de Gibbs, Giever e Martin (1998 como citado por Fonseca, 2002), baseada na versão original de Grasmick et al., (1993), adaptada para português europeu por Fonseca (2002), numa amostra forense.

1. Enquadramento Concetual

1.1. Definição e concetualização de Autocontrolo

Nas últimas décadas, o autocontrolo tem sido alvo de grande interesse por parte de várias áreas científicas (e.g. ciências biológicas e neurociências,

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

Ângela Rosário Loureiro Abreu (email: angela98abreu@gmail.com)

criminologia, sociologia, educação, psicologia social e do desenvolvimento), envolvendo múltiplas tentativas de concetualização, operacionalização e validação empírica. O construto de autocontrolo surge em vários enquadramentos teóricos e metodológicos, o que traduz a sua complexidade, que dificulta a sua análise e compreensão (Akers, 1991; Baumeister et al., 2007; Gottfredson & Hirschi, 1990). Moffitt e colaboradores (2011) sugerem que o autocontrolo seja perspectivado como um conceito guarda-chuva, ou seja, um construto que abrange diversos conceitos, como o de autorregulação (Eisenberg, 2000), controlo por esforço (Rothbart & Rueda, 2005), adiamento de gratificação (Mischel, 1986) e regulação emocional (Beaver et al., 2009b).

A literatura científica sobre o autocontrolo reflete duas grandes abordagens teóricas: uma perspetiva mais associada ao campo da psicologia que se foca no conceito de autorregulação, (Eisenberg, 2000) e a perspetiva da criminologia, que enfatiza o conceito de autocontrolo (Allom et al., 2016; Franken et al., 2015; Pratt & Cullen, 2000), tendo como base principal a Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Considerando a abordagem psicológica, Rothbart e Rueda (2005, pag.169) definem autorregulação como a “capacidade de controlar reações a stress, manter o foco atencional e interpretar estados mentais dos outros e do próprio”. Por sua vez, Baumeister e Vohs (2004) definem autorregulação como a capacidade de uma pessoa conseguir exercer controlo sobre as suas respostas, de forma a alcançar os seus objetivos e viver de acordo com as regras. Carver e Scheier (1998) referem que estas duas definições têm em comum a auto-orientação ou o auto ajustamento do comportamento face a um desejo ou objetivo. Karoly (1993) propõe uma definição de autorregulação que inclui vários domínios do funcionamento individual, caracterizando-a enquanto habilidade de adaptar automática ou deliberadamente o afeto, o comportamento e a cognição.

O conceito de autocontrolo tem sido definido como a capacidade de inibir, ultrapassar, ou circundar respostas motivadas por recompensas a curto prazo priorizando os benefícios a longo prazo (Vohs & Heatherton, 2000). McCullough e Willoughby (2009) referem que o autocontrolo se orienta para situações em que as pessoas adotam comportamentos que se sobreponham ao que será uma resposta dominante (e.g., uma tendência comportamental, uma emoção ou motivação). Uma outra definição bastante divulgada é a de

Baumeister et al. (2007, p.351) que estabelece que o autocontrole “se refere à capacidade de alterar as próprias respostas, especialmente para alinhá-las a padrões como ideais, valores, moral e expectativas sociais, de forma a atingir objetivos de longo prazo”. Por sua vez, Hofmann et al. (2009) definem o autocontrole como a capacidade de inibir respostas ou ações que são motivadas por recompensas a curto prazo, com o intuito de alcançar benefícios a longo prazo. Fonseca (2014, p.135) descreve o autocontrole como a “capacidade do indivíduo de alterar pensamentos, desejos, sentimentos ou comportamentos a fim de melhor alcançar objetivos e maximizar ganhos”.

É possível identificar-se alguma sobreposição conceptual entre o conceito de autorregulação e de autocontrole. Aliás, o conceito de autocontrole e de autorregulação surgem com terminologias distintas, mas tendem a ser utilizados de forma indistinta em alguns estudos empíricos. Por exemplo, Baumeister et al. (1994) afirmam que o autocontrole, ou a autorregulação, pode ser globalmente definido como qualquer esforço de alteração dos pensamentos, sentimentos e comportamentos de um indivíduo com o objetivo de atingir um objetivo específico. A partir desta concetualização, Mamayek et al. (2016) consideram que o autocontrole não será uma ação impulsiva, mas um comportamento que anularia a ação impulsiva e a substituiria por uma ação ajustada ao interesse próprio do indivíduo. McCullough e Willoughby (2009) defendem que o autocontrole é mais específico do que a autorregulação, pois nem todos os estados psicológicos que são autorregulados envolvem o autocontrole. No entanto, o autocontrole pode exigir mecanismos que também estão envolvidos na autorregulação.

Gottfredson e Hirschi (1990) rejeitam as várias concetualizações que foram emergindo, ao propor uma nova concetualização do crime, através da Teoria Geral do Crime. Estes autores definem o autocontrole como “a tendência para evitar atos cujos custos, a longo prazo, excedem os benefícios imediatos ou a curto-prazo” (Hirschi e Gottfredson, 2001, p.83). Deste modo, indivíduos com baixos níveis de autocontrole apresentariam dificuldade em alcançar com sucesso objetivos individuais, benéficos, a longo-prazo, (Moffitt et al., 2001; Tangney et al., 2004). A capacidade de autocontrole tem sido associada a certos resultados na vida dos indivíduos. Concretamente, o autocontrole tem sido positivamente associado a resultados académicos e

bem-estar interpessoal (e.g., autoestima, regulação emocional), e tem sido negativamente associado a consumos de álcool, perturbações alimentares (e.g., bulimia) e comportamentos desviantes (DeLisi, 2011, 2013; DeLisi et al., 2009; Flexon et al., 2016; Hofer et al., 2011; Tangney et al., 2004).

Alguns estudos mostram que o autocontrolo é influenciado por uma diversidade de fatores sociais e não sociais, nomeadamente a pressão dos pares, escola (Meldrum, 2008; Turner et al., 2011), estrutura familiar (Perrone et al., 2004), comunidade envolvente/vizinhança (Teasdale, 2009), déficits neuropsicológicos (Jackson & Beaver, 2013) e genética (Boisvert et al., 2013).

Magnusson et al. (2019) referem que um baixo autocontrolo, especificamente a impulsividade, está associado a iniciação sexual precoce e a comportamentos sexuais de risco, incluindo sexo enquanto alcoolizado, uso infrequente de preservativos, envolvimento sexual com estranhos, múltiplos parceiros e histórico de transmissão de doenças sexuais (DST). Estes autores sugerem que o baixo autocontrolo na adolescência, pelo menos parcialmente, explica a propensão para experiências sexuais precoces.

A associação entre autocontrolo e problemas de saúde mental encontra-se documentada em várias obras importantes de psicopatologia, nomeadamente no Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (DSM-V) (APA, 2013). O DSM-V (2013) reporta o défice no autocontrolo na perturbação do controlo de impulsos e em diversas perturbações da personalidade, mas também em perturbações que se caracterizam por um autocontrolo excessivo, como os problemas de natureza obsessivo-compulsiva. Outros problemas como a depressão, o distúrbio de hiperatividade e os problemas atencionais, têm sido associados a baixo autocontrolo (Miller, 2011). Importa ainda referir a Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção (PHDA), considerada por alguns autores como tradutora de uma diminuição ou até de ausência do desenvolvimento do autocontrolo (Barkley, 2002).

Os dados da investigação empírica indicam correlações positivas entre défices no autocontrolo e várias formas de psicopatologia (Meehan et al., 2013), registando também que pessoas com forte autocontrolo apresentam menos problemas de saúde mental, maior autoestima, maior êxito nas relações interpessoais e, frequentemente, um maior desenvolvimento normal ao longo da vida (Fonseca, 2014; Moffit et al., 2011; Tangney et al., 2004)

Fonseca (2017), num estudo longitudinal com uma amostra da comunidade escolar de Coimbra, verificou que adolescentes com baixo autocontrolo completam menos anos de escolaridade e demonstram menos interesses culturais comparativamente aos pares com mais autocontrolo. Os resultados obtidos confirmam a influência do autocontrolo no percurso escolar do jovem adulto, embora a mesma seja menor do que referenciada por alguns investigadores (Fonseca, 2017; Moffitt et al., 2011).

O baixo autocontrolo tem sido associado à propensão criminal, principalmente a partir da Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990). Indivíduos com baixo autocontrolo apresentam incapacidade ou dificuldade em prosseguir, com sucesso, objetivos individuais positivos a longo-prazo (Gottfredson & Hirschi, 1990; Moffitt et al., 2001; Tangney et al., 2004), tendo maior probabilidade para adotar comportamentos delinquentes, criminais ou socialmente desviantes (Arneklev et al., 2006; Gottfredson & Hirshi, 1990; Pratt & Cullen, 2000). Longshore e Turner (1998) verificaram que o autocontrolo era menor nos indivíduos que cometeram mais crimes. DeLisi (2001a, 2001b) reforça esta ideia ao identificar que indivíduos com menor autocontrolo tinham maior probabilidade de acumular penas de prisão por vários tipos de comportamento criminal, incluindo crimes violentos, crimes contra propriedade e crimes de colarinho branco. O baixo autocontrolo está ainda relacionado com vários comportamentos problemáticos no âmbito da justiça criminal, como a falta de comparecimento ao tribunal, violação de liberdade condicional, fugir da custódia e ser condenado a pena em prisão (Burtch et al, 1988).

O baixo autocontrolo tem sido associado a problemas de comportamento e de controlo de impulsos, incluindo excessos de abuso de álcool e drogas, crime e violência, gastos excessivos, jogo, comportamento sexual impulsivo, gravidez indesejada e tabagismo (Grasmick et al., 1993; Baumeister et al., 2007; Gibbs & Giever, 1995; Gottfredson & Hirschi, 1990; Tangney et al., 2004). Baumeister et al. (2007) também o associam a problemas emocionais, falta de persistência, fracassos no desempenho de tarefa, problemas de relacionamento, entre outros.

A investigação tem analisado até que ponto o autocontrolo se manifesta de forma diferente em homens e mulheres, especificamente, no comportamento antissocial. Nas últimas décadas, a investigação realizada tem

demonstrado que as mulheres geralmente têm mais autocontrolo que os homens. Gottfredson e Hirschi (1990) defendem que as mulheres desenvolvem um autocontrolo mais forte que os homens, porém o efeito do autocontrolo no comportamento permanece invariante entre os sexos. Vários estudos posteriores corroboraram esta hipótese (e.g., Botchkovar et al., 2015; Burton et al., 1999). Outros estudos, contudo, evidenciaram que o autocontrolo se desenvolve e manifesta de forma diferente consoante o sexo (Chui & Chan, 2016; DeLisi et al., 2010; Gibson et al., 2010; Flexo et al., 2015; Koon-Magnin et al., 2016; Shulman et al., 2015). Assim, a questão das eventuais diferenças no autocontrolo em função do sexo permanece em aberto (Pechorro et al., 2020).

1.2. Baixo Autocontrolo e o contributo da Teoria Geral do Crime

Gottfredson e Hirschi apresentaram em 1990 a Teoria Geral do Crime (GTC), atualmente definida como Teoria do Autocontrolo (Higgins, 2007), que procurava explicar o crime e outros comportamentos considerados desviantes.

Parte da popularidade desta teoria resulta do facto de rejeitar explicitamente a noção de que comportamentos criminosos e análogos são o resultado de determinismo biológico, de reforço social diferencial, de associações a pares desviantes, de tensão ou frustração, de privação económica, ou mesmo de uma subcultura desviante (Perrone et al., 2004). A premissa central da Teoria Geral do Crime é a de que a tendência do indivíduo para se envolver em qualquer tipo de crime (atos de força ou fraude executados em busca de interesses pessoais) ou comportamento análogo (atos que, embora não ilegais, são semelhantes ao crime na medida em que também têm benefícios imediatos e consequências a longo prazo, nomeadamente beber, fumar, consumo de drogas, abandono escolar, condução perigosa, relações sexuais desprotegidas, entre outros) resulta de baixo autocontrolo combinado com a presença de oportunidade (Gottfredson & Hirschi, 1990). Estes autores argumentaram que todos os comportamentos criminosos e análogos partilham várias características, tais como serem de curta duração, imediatamente gratificantes, fáceis e emocionantes, o que os tornam atraentes para quem tem baixo autocontrolo. Assim, o crime pode ser explicado através de dois construtos principais: baixo autocontrolo e oportunidade, embora o

elemento mais importante seja o baixo autocontrole, ou seja, indivíduos com baixo autocontrole tendem a possuir “uma tendência para responder a estímulos tangíveis no ambiente imediato, têm uma orientação ‘aqui e agora’” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p.89), enquanto níveis elevados de autocontrole permitem aos indivíduos adiarem a gratificação imediata. O baixo autocontrole envolve também a propensão para “falta de diligência, tenacidade ou persistência no curso da ação” de tal forma que os indivíduos com baixo autocontrole preferem a “gratificação de desejos simples ou fácil” evitando a realização de tarefas complexas (Gottfredson e Hirschi, 1990, p.89). Há ainda a considerar, segundo Gottfredson e Hirschi (1990, p.89), que os atos criminais são “arriscados, entusiasmantes, excitantes”, “envolvem perigo, velocidade, agilidade, decepção ou poder”. Assim, os indivíduos com baixos níveis de autocontrole tendem a ser aventureiros enquanto aqueles que têm níveis mais elevados de autocontrole serão, tendencialmente, mais cuidadosos. Além disso, o baixo autocontrole envolve a preferência por atividade física em detrimento da atividade mental ou “cognitiva” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p.89). Ou seja, os indivíduos com níveis mais baixos de autocontrole tendem a ser mais ativos e físicos. Segundo a Teoria Geral do Crime, os crimes resultam em dor ou desconforto para a vítima, pelo que, indivíduos com baixo autocontrole são “autocentrados, indiferentes, insensíveis ao sofrimento e às necessidades dos outros” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p.89) o que não significa que sejam necessariamente antissociais. Finalmente, “indivíduos com baixo autocontrole tendem a ter tolerância mínima para a frustração e pouca capacidade de responder a conflitos através de meios verbais, quando comparados com meios físicos” (Gottfredson e Hirschi, 1990, p.90). Em suma, indivíduos com baixos níveis de autocontrole tendem a ser impulsivos, insensíveis, físicos (em vez de mentais), adotam comportamentos de risco, baixa tolerância à frustração, são essencialmente não-verbais e tendem a enveredar por atos criminais ou análogos (Gottfredson & Hirschi, 1990), enquanto níveis altos de autocontrole estão associados a maior facilidade de resistir a tentações e de adiar a gratificação imediata (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Um baixo autocontrole não conduz necessariamente ao crime, sendo que este resultará da interação entre predisposições individuais para a delinquência e a existência de oportunidade. Contudo, os autores reconhecem

que a existência de oportunidades não seria mais do que um “fator eventual” não lhe conferindo um papel fulcral (Gottfredson & Hirschi, 1990; Hirschi & Gottfredson, 2003).

Assim como acontece com outras características da personalidade, ter um baixo autocontrolo não determina uma carreira criminal, pois pode ser neutralizado ou moderado por fatores de proteção, como por exemplo condições situacionais ou outras características do indivíduo. No entanto, os indivíduos que têm baixo autocontrolo e não beneficiam desses fatores de proteção, muito provavelmente manterão relações pobres, mesmo nas relações de intimidade, e terão dificuldades acrescidas na escola e na gestão financeira (Arneklev et al., 2006).

Apesar do seu grande sucesso, esta teoria tem suscitado diversas críticas. Uma das críticas mais recorrentes remete para o pensamento tautológico de Gottfredson e Hirschi (1990). Akers (1991) refere como tautológico o facto de o baixo autocontrolo apenas ser identificado quando o indivíduo realizasse um crime ou ato análogo. Outras críticas assentam na investigação recente que realça fatores como a religiosidade, a moralidade e os laços afetivos, como podendo alterar ou reduzir os efeitos do baixo autocontrolo, o que significa que há condições adicionais que predizem o envolvimento em comportamentos criminosos e análogos, além do baixo autocontrolo (Mayone & Arneklev, 2015). Jo e Armstrong (2018) contestam a proposição de Gottfredson e Hirschi de que a parentalidade tem um papel central no baixo autocontrolo, defendendo que há múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento do autocontrolo, além dos modelos parentais. Estes autores verificaram um efeito significativo de variáveis relacionadas com os colegas, escola e comunidade sobre o autocontrolo (Jo & Armstrong, 2018). A natureza estática da teoria também tem sido frequentemente criticada pela incapacidade de explicar adequadamente as mudanças no comportamento criminal ao longo da vida e de integrar os contributos de outras instituições sociais, como por exemplo o trabalho, o casamento, a escola e as forças armadas, que podem desempenhar um papel importante nessas mudanças (Delisi et al., 2003). Independentemente das críticas, há um vasto conjunto de pesquisa que tem, geralmente, fornecido suporte às premissas centrais da Teoria Geral do Crime (Delisi et al., 2003; Gibbs et al., 2003; Grasmick et al.,

1993; Higgins, 2007; Longshore et al, 1996; Pratt & Cullen, 2000; Vazsonyi et al., 2017).

1.3. Baixo Autocontrole e Parentalidade

A Teoria Geral do Crime assume que as crianças expostas a práticas parentais inadequadas não desenvolvem níveis aceitáveis de autocontrole e, portanto, são mais propensas a praticar comportamentos indesejáveis, que podem ou não infringir a lei (Gottfredson & Hirschi, 1990). O baixo autocontrole é considerado como resultado de socialização ineficaz, pelo que “as características associadas com o baixo autocontrole tendem a verificar-se na ausência de disciplina ou treino” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p.95). Os autores defendem que o ambiente familiar e as práticas parentais são a causa mais importante do baixo autocontrole.

De acordo com Gottfredson e Hirschi (1990), o baixo autocontrole cristaliza durante a infância permanecendo inalterável e condicionando a adaptação do indivíduo aos mais diversos domínios ao longo da vida. Assim, a estabilidade do autocontrole explicaria a tendência para a manutenção dos comportamentos antissociais ao longo da vida, sendo que os indivíduos que cometem um número significativo de comportamentos desviantes na infância provavelmente manterão essas condutas noutras fases do ciclo vital (Turner & Piquero, 2002).

Geeraerts et al. (2021) relatam que, embora os pais possam, teoricamente, saber como lidar de forma adequada com os comportamentos desajustados dos filhos na primeira infância, pode haver variação na forma como respondem aos filhos face a esses comportamentos. Nessas situações, a capacidade de autorregulação dos pais é fundamental para agirem serenamente (Geeraerts et al., 2021), ou seja, através da redução da frequência e da intensidade dos impulsos, gerindo a carga de stress e a recuperação. Lorber et al. (2016) consideram que exercer um controlo excessivo nesses momentos pode ser tentador, pois surge como uma solução rápida para lidar com os comportamentos inadequados. Desta forma, não é inesperado que as práticas parentais negativas e reativas aumentem ao longo da infância (Lipscomb et al., 2011; Pierce et al., 2010). No entanto, para o desenvolvimento de uma autonomia saudável, as crianças precisam de um

apoio parental caracterizado por baixos níveis de controlo negativo (Laurin & Joussemet, 2017).

Gottfredson e Hirschi (1990) identificaram as práticas de socialização dos pais nos primeiros 10 anos de vida de uma criança como um dos principais precursores do desenvolvimento do autocontrolo. Os autores argumentaram que a principal causa do baixo autocontrolo parece ser uma educação/parentalidade inapropriada proporcionada pelos pais, pautada pela ausência de socialização e disciplina. Ou seja, as crianças que não têm supervisão adequada, que não estabelecem vínculos afetivos securizantes com os pais ou que são expostas a modelos desviantes na própria família, não desenvolvem autocontrolo e, conseqüentemente, correm maiores riscos de ter comportamento antissocial, delinquência ou de se envolverem no crime (Gottfredson & Hirschi, 1990). Os autores enfatizaram o papel do vínculo afetivo entre crianças e pais e a preocupação com a criança (suporte emocional) como uma pré-condição necessária e eficaz para outras estratégias parentais. As crianças aprendem mais quando os pais as apoiam na sua capacidade de comportamento autónomo, fornecem estrutura e demonstram envolvimento (Deci & Ryan, 1985; Grolnick et al., 1997). No entanto, quando as crianças apresentam comportamentos difíceis de controlar, os pais tendem a mostrar mais negatividade e menos comportamentos de apoio (Gauvain & Perez, 2008). Isto pode resultar em dinâmicas relacionais entre pais e filhos caracterizados por um círculo de negatividade mútua (Granic & Patterson, 2006). Os pais que se preocupam emocionalmente e têm um interesse ativo no bem-estar da criança têm maior probabilidade de exercer práticas parentais eficazes, resultando em autocontrolo (Higgins, 2002). Gottfredson & Hirschi (1990) referem quatro condições que devem ser satisfeitas para promover as capacidades de autocontrolo nas crianças: (1) qualidade do vínculo dos pais à criança, sendo que este laço afetivo promove a preocupação do cuidador com o desenvolvimento saudável da criança; (2) supervisão parental, através da qual os cuidadores previnem práticas desviantes da mesma forma que fazem a ponte entre o controlo externo e interno; (3) reconhecimento do comportamento desviante, sem o qual, a monitorização não teria impacto no autocontrolo; e, por último, (4) punição do comportamento desviante, não devendo ocorrer essa punição de forma demasiado rígida nem demasiado branda (Gomes & Gouveia-Pereira, 2014). Se a desaprovação ou outras

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

consequências negativas não surgirem de forma subsequente aos atos desviantes, as crianças não terão incentivo para adiar a gratificação e desenvolver autocontrole (Gottfredson & Hirschi, 1990). Portanto, durante a infância, os indivíduos não desenvolvem um autocontrole adequado se a família deixar de exercer práticas parentais eficazes, tais como monitorização, reconhecimento de comportamento desviante e disciplina eficaz, e não garantir o apoio emocional (Gottfredson & Hirschi, 1990). Pelo contrário, quando os comportamentos indesejáveis de uma criança são verificados, reconhecidos e sancionados pelos seus cuidadores afetuosos, a criança torna-se “mais capaz de retardar a gratificação, mais sensível aos interesses e desejos dos outros, mais independente, mais disposta a aceitar restrições na sua atividade, e é mais improvável que use força ou violência para atingir os seus objetivos” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p.97).

Para Gottfredson e Hirschi (1990) os pais envolvidos em atividades desviantes carecem de autocontrole e, assim, não conseguirão ativar essa competência nos filhos. Nofziger (2008) considera que uma parentalidade eficaz requer muito esforço dos adultos, como por exemplo, os pais precisam, regularmente, de atender às necessidades dos filhos em detrimento dos seus próprios desejos, o que não é atraente nem fácil para indivíduos com baixo autocontrole. Desta forma, será de esperar que os pais com percurso criminal e, portanto, com baixo autocontrole, falhem em supervisionar, reconhecer e corrigir os seus filhos (Nofziger, 2008). Esta suposição é apoiada por estudos que indicam que os pais que têm registo criminal adotam um estilo de punição que, a ocorrer, “tende a ser fácil, de curto prazo e insensível, ou seja, gritar e berrar, bater e bater” (Gottfredson & Hirschi 1990, p.101). Além disso, os pais que estão envolvidos em crimes têm menos probabilidade de reconhecer comportamentos desviantes como problemas (Laub & Sampson 1988) e ignoram os comportamentos problemáticos quando estes ocorrem (Patterson & Dishion 1985). Assim, a Teoria Geral do Crime explica a transmissão intergeracional do desvio através da falha dos pais em inculcar autocontrole adequado aos filhos (Nofziger, 2008).

Boutwell e Beaver (2010) verificaram que os pais com maior autocontrole tendem a envolver-se mais e a demonstrar afeto aos filhos, mostrando-se estes mais propensos a manifestar maior autocontrole. Da mesma forma, Nofziger (2008) registou que o autocontrole materno está

positivamente associado a certas práticas disciplinares e de monitorização dos pais durante a adolescência, estando também positivamente associado ao autocontrolo do adolescente.

Outros estudos realizados verificaram que o autocontrolo estava significativamente associado aos laços afetivos (Cochran et al., 1998; Hope et al., 2003; Hope & Chapple, 2004), ao suporte (Vazsonyi & Belliston, 2007), e à monitorização e reconhecimento de mau comportamento (Hay, 2001; Latimore et al., 2006), enquanto a punição e disciplina dos pais não parecem estar associadas ao autocontrolo (Latimore et al., 2006; Nofziger, 2008).

Uma ampla gama de estudos demonstra, de forma consistente, que níveis elevados de autorregulação dos pais se relacionam com uma parentalidade menos negativa (Geeraerts et al., 2021). O funcionamento executivo parental, nomeadamente o materno, foi associado a uma educação menos negativa e severa (Bridgett et al., 2017; Deater-Deckard & Bell, 2017). Da mesma forma, o controlo do esforço dos pais mostrou-se associado à expressão de emoções mais positivas e menos negativas dos pais (Cumberland-Li et al., 2003) e a práticas parentais positivas, como o aconchego e o tempo gasto com os filhos em atividades de cuidado (Bridgett et al., 2011).

Geeraerts et al. (2021) consideram que autorregulação dos pais nas respostas ao comportamento dos filhos depende de características do contexto familiar mais amplo, como por exemplo, o caos doméstico. O caos doméstico refere-se ao nível de desorganização, aglomeração e falta de rotina em casa (Matheny et al., 1995). Níveis elevados de caos estão relacionados com práticas parentais mais rígidas e menos solidárias e a mais problemas de comportamento infantil (Crespo et al., 2019; Hardaway et al., 2012; Vernon-Feagans et al., 2016). Em famílias com níveis altos de caos familiar, uma maior autorregulação dos pais pode ser particularmente importante para evitar uma parentalidade negativa na resposta ao comportamento infantil desafiante (Geeraerts et al., 2021). No entanto, os autores verificaram que em famílias de contexto altamente caótico, as práticas parentais estão fortemente associadas a processos automáticos, como vieses de atribuição e sintomas de transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade, e menos associadas a processos controlados e difíceis, como funções executivas (Deater-Deckard et al., 2012; Mokrova et al., 2010; Wang et al., 2013).

1.4. Instrumentos de Avaliação do Autocontrolo na população adulta

Há um interesse crescente no desenvolvimento de metodologias e instrumentos para avaliar o autocontrolo. No entanto, há algumas questões na operacionalização do construto essencialmente em dois níveis de análise: (1) medidas do autocontrolo, nomeadamente metodologias de autoavaliação atitudinais e comportamentais; (2) consideração do autocontrolo como um único fator vs fator multidimensional. Tais questões têm sido alvo de investigação, tanto ao nível teórico como metodológico (Piquero, 2008; Piquero & Rosay, 1998; Tittle et al., 2003). As medidas utilizadas para avaliar o baixo autocontrolo têm variado entre testes neuropsicológicos, questionários da personalidade, tarefas experimentais de atraso de gratificação e escalas de impulsividade (Fonseca, 2002). Contudo, existe um domínio evidente de escalas de autoavaliação, provavelmente explicado pelo facto de serem económicas, fáceis de administrar e de fornecerem um vasto leque de informações (Fonseca, 2002).

Como Gottfredson e Hirschi (1990) não definem, teoricamente, medidas concretas de operacionalização do autocontrolo para além dos atos comportamentais que traduzem o construto, daí a Teoria Geral do Crime ser acusada de tautologia (Akers, 1991). De forma a superar esta crítica, os investigadores têm-se preocupado com a conciliação de medidas atitudinais e comportamentais análogas de baixo autocontrolo, que excluíssem comportamentos de natureza criminal. Em 2005, Dodson reporta dois tipos de escalas para a avaliação do autocontrolo: (1) escalas cognitivas e atitudinais que medem os elementos constituintes do autocontrolo; (2) escalas comportamentais cujo intuito se relaciona com a procura de atos que reflitam falta de autocontrolo.

A nível internacional, a literatura refere algumas escalas de autorresposta mais comumente utilizadas na avaliação do autocontrolo, que se descrevem brevemente.

A Escala Breve de Autocontrolo (Brief Self- Control Scale - BSCS; Tangney et al., 2004) é uma medida curta, de autorresposta, do constructo geral de autocontrolo. A BSCS foi desenvolvida a partir Escala de Autocontrolo original (Self-Control Scale - SCS; Tangney et al., 2004) composta por 36 itens distribuídos por cinco dimensões: Autodisciplina (11

itens), Ação Deliberada/Não-impulsiva (10 itens), Hábitos Saudáveis (7 itens), Ética Laboral (5 itens) e Confiabilidade (5 itens). Posteriormente, Tangney et al. (2014) desenvolveram a BSCS como uma medida unidimensional composta por 13 itens (provenientes das cinco dimensões acima referidas). A BSCS é cotada, após se terem revertido os itens apropriados, somando a resposta dada a cada item numa escala que vai de 1=Totalmente falso a 5=Totalmente verdade. Pontuações mais elevadas indicam níveis mais altos de autocontrolo. Mais recentemente, uma versão refinada mais curta (BSCS-R), composta por oito itens, foi desenvolvida por Maloney et al. (2012), que se organiza numa estrutura de duas dimensões: Refreamento (4 itens) e Impulsividade (4 itens).

A Escala de Autocontrolo de Gibbs e Giever (1995), elaborada a partir da escala original de Grasmick et al. (1993), contém 40 itens que refletem aspetos cognitivos, afetivos e comportamentais das tendências do autocontrolo identificados por Gottfredson e Hirschi (1990), com cotação em 10 níveis. Os autores pretenderam construir uma medida unitária de autocontrolo, desprovida da preocupação da criação de subescalas específicas ou independentes. Gibbs e Giever (1995) desenvolveram itens referentes a preocupações dos respondentes acerca das consequências das suas ações em múltiplos contextos familiares aos estudantes universitários tradicionais.

A Escala de Autocontrolo de Tangney e colaboradores (2004) (SCS Self-Control Scale) é composta por 36 itens, e pretende avaliar as diferenças individuais no traço de autocontrolo. Os respondentes indicam até que ponto cada item reflete o seu comportamento habitual, numa escala de resposta do tipo Likert que varia de 1 (“de maneira nenhuma”) até 5 (“muito”). Posteriormente, os autores elaboraram uma versão Breve da Escala de Autocontrolo (BSCS - Brief Self-Control Scale; Tangney et al., 2004), constituída por 13 itens que medem o autocontrolo geral. Pontuações mais elevadas indicam níveis mais elevados de autocontrolo. Recentemente foi desenvolvida por Maloney (2012) uma versão mais curta, composta por 8 itens, organizados numa estrutura de duas dimensões: Refreamento (4 itens) e Impulsividade (4 itens).

Há ainda outros instrumentos de autorresposta que são usados na avaliação do autocontrolo, como é o caso da Escala de Impulsividade de Barratt (BIS-11 - The Barratt Impulsiveness Scale; Patton, Stanford, &

Barratt, 1995), construída para avaliar a impulsividade através da autorresposta a 30 itens que descrevem formas habituais de agir (comportamentos impulsivos e não impulsivos). A BIS-11 é composta pelas subescalas de primeira e segunda ordem. Os fatores de primeira ordem são “Atenção”, “Instabilidade cognitiva”, “Motor”, “Perseverança”, “Autocontrole” e “Complexidade cognitiva”, e os de segunda ordem são “Impulsividade atencional”, “Impulsividade motora” e “Não-planeamento”. É respondida numa escala de 4 pontos, que vai de 1 (“raramente ou nunca”) a 4 (“quase sempre/sempre”). Alguns inventários de personalidade também têm sido utilizados em estudos de medição do autocontrole, entre os quais, o Inventário Psicológico da Califórnia (CPI) (Gough, 1975 como citado em Marcus, 2003) e o Inventário de Personalidade 16-PF (Cattell, Cattell, & Cattell, 1999 como citado em Marcus, 2003). O primeiro integra uma subescala de autocontrole que contém itens de autorregulação, ausência de impulsividade e egocentrismo, enquanto o segundo é utilizado para avaliar a tendência para persistir no comportamento perante obstáculos, de resistir a tentações do momento, integrando outros comportamentos relacionados com o autocontrole.

No entanto, a medida mais utilizados na avaliação do autocontrole é a Escala de Baixo Autocontrole de Grasmick e colaboradores (1993) que é objeto de estudo na presente dissertação.

1.4.1. Escala de Baixo Autocontrole (Grasmick, Tittle, Bursik, & Arneklev, 1993)

Para testar a Teoria Geral do Crime e integrar, em parte, as críticas que lhe foram colocadas, Grasmick e colaboradores (1993) criaram uma medida atitudinal de autocontrole que é bastante referenciada e usada na investigação (Arneklev et al., 2006; Mayone & Arneklev, 2015; Wolfe & Hoffmann, 2016), particularmente no âmbito dos comportamentos delinquentes e criminosos (Venables et al., 2018), tornando-se no indicador atitudinal de baixo autocontrole mais utilizado (Pratt & Cullen, 2000; Vazsonyi et al., 2017). É constituída por 24 itens, organizados pelas seis dimensões teóricas do baixo autocontrole propostas por Gottfredson e Hirschi: *Impulsividade, Tendência para a tomada de risco, Egocentrismo, Preferência por tarefas simples, Preferência por atividades físicas e*

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrole numa amostra de adultos da população forense

Ângela Rosário Loureiro Abreu (email: angela98abreu@gmail.com)

Temperamento explosivo (Gouveia et al., 2013; Venables et al., 2018). Uma pontuação global elevada representa um nível mais baixo de autocontrolo.

Inicialmente, o instrumento foi validado com base numa amostra da população geral composta por 365 adultos da cidade de Oklahoma, nos Estados Unidos da América. Recorrendo à análise fatorial exploratória, especificamente das Componentes Principais (PC), os autores analisaram soluções de um, cinco e seis fatores, chegando à conclusão de que a melhor estrutura seria a unifatorial, tendo registado um bom índice de consistência interna, $\alpha=.80$, (Gramick et al., 1993). A conclusão a que Grasmick e colaboradores chegaram sobre a unidimensionalidade, foi alvo de críticas, sobretudo por se afastar da teoria original de Gottfredson e Hirschi (1990), que concebe o autocontrolo como um construto multidimensional (Gouveia et al., 2013).

Em Portugal, Fonseca (2002) realizou estudos com a Escala de Autocontrolo de Gibbs, Giever e Martin (1998, como citado em Fonseca, 2002), construída com base na versão original de Grasmick et al. (1993), com uma amostra de jovens portugueses com idades entre os 15 e 21 anos. Os resultados obtidos na análise da estrutura fatorial demonstraram-se de difícil conciliação com o pressuposto das 6 dimensões do baixo autocontrolo defendido por Gottfredson e Hirschi (1990) (Fonseca (2002)). Apesar de ter obtido uma possível solução de 3 fatores com *eigenvalues* superiores a 1, esta composição revelou-se diferente da encontrada em outras investigações e de difícil interpretação, o que resultou na aceitação provisória da hipótese de uma escala unifatorial (Fonseca, 2002). Este resultado é convergente com o de outros estudos que avaliam o autocontrolo e a sua relação com o comportamento desviante no âmbito da Teoria Geral do Crime (Fonseca, 2002). A Escala de Baixo Autocontrolo obteve uma boa consistência interna, com um alfa de Cronbach de .81, e uma validade de construto satisfatória, sendo que os dados indicaram que os rapazes apresentam pontuações mais elevadas do que as raparigas ao nível do baixo autocontrolo. Em relação à idade, não se registou uma influência significativa no baixo autocontrolo (Fonseca, 2002). O autor destaca a necessidade de se realizarem mais investigações com o objetivo de avaliar se este instrumento constitui uma medida adequada do baixo autocontrolo para a população portuguesa. Como exemplo, sugere a importância de atestar se esta escala apresenta as mesmas

características em amostras com uma variação de idades superior, e se as qualidades psicométricas se mantêm quando se procede à redução de alguns dos seus itens (Fonseca, 2002).

O estudo de Palma (2019), com uma amostra da população portuguesa com idades entre os 18 e 55 anos, ao nível da validade concorrente com a Escala de Impulsividade de Barratt (BIS-11; Patton, Stanford, & Barratt, 1995 - versão portuguesa de Cruz & Barbosa, 2012) e com o Teste da Barragem dos 3 Sinais (Toulouse & Piéron, 1904), registou: a) correlações positivas e significativas entre o total da Escala de Baixo Autocontrolo e os fatores que compõem a BIS-11; b) duas correlações negativas moderadas e significativas entre a escala de Baixo Autocontrolo e o Teste da Barragem dos 3 Sinais (Palma, 2019). Os resultados obtidos da análise da composição fatorial no estudo de Palma (2019) parecem ser consistentes com a ideia de a Escala de Baixo Autocontrolo avaliar um construto multifatorial, com 7 fatores com *eigenvalues* superiores a 1, que explicavam 61.495% da variância total da medida, segundo o critério de Kaiser. A Escala de Baixo Autocontrolo obteve uma boa consistência interna, com um alfa de Cronbach de .816, sendo que os dados indicaram que os homens obtêm pontuações mais elevadas, ou seja, mais baixo autocontrolo, que as mulheres. A avaliação da estabilidade temporal, realizada pelo método teste-reteste, com intervalo de um mês entre as duas aplicações, revelou coeficientes de correlação que variam entre $r=.551$ (Egocentrismo) e $r=.845$ (Autocontrolo Total), indicativos de níveis de estabilidade temporal satisfatórios.

Em suma, o autocontrolo surge como um construto importante para a compreensão do desenvolvimento bem-sucedido, mas também dos comportamentos desviantes, sendo que a Escala de Baixo Autocontrolo tem sido amplamente usada na investigação e na prática psicológica (Fonseca, 2002). Contudo, a análise crítica dos estudos existentes realça algumas questões relativas a esta medida que necessitam de ser esclarecidas, sobretudo no que diz respeito à sua estrutura fatorial, exigindo mais investigação sobre as qualidades psicométricas deste instrumento. Em Portugal é diminuta a investigação relativa às propriedades psicométricas da Escala de Baixo Autocontrolo (EBA; Grasmick, Tittle, Bursik, & Arneklev, 1993; Fonseca, 2002), especialmente com amostras forenses, daí que o presente estudo verse contribuir para diminuir essa lacuna.

2. Objetivos

Os estudos sobre o autocontrolo no contexto da parentalidade são muito escassos a nível internacional e não existe nenhum em Portugal, tanto quanto seja do nosso conhecimento. Apesar de a Escala de Baixo Autocontrolo ser objeto de alguma investigação, no contexto português esta também tem sido limitada.

Assim, o presente estudo tem por objetivo analisar as qualidades psicométricas da Escala de Baixo Autocontrolo, de Grasmick e colaboradores (1993) adaptada por Fonseca (2002), tendo por base uma amostra de pais/mães avaliados em contexto forense, nomeadamente em Processos de Promoção e Proteção e Processos de Responsabilidades Parentais.

Os objetivos específicos do presente estudo são:

- a. Avaliar as propriedades psicométricas da EBA a nível da:
 - i) Fiabilidade, especificamente ao nível da consistência interna;
 - ii) Validade concorrente, com a Escala de Impulsividade de Barratt (BIS-11), a Escala de Desejabilidade Social (DESCA), o Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI) e o Inventário de Avaliação Comportamental de Funções Executivas (BRIEF-A);
- b. Analisar a influência de variáveis sociodemográficas como o sexo, idade e tipo de Processo Judicial, nos resultados obtidos na EBA.

3. Metodologia

3.1. Amostra

Em Portugal, a avaliação das competências parentais enquadra-se em processos de Promoção e Proteção de Crianças (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei n. o 147/99) e de Regulação das Responsabilidades Parentais. A amostra do presente estudo é constituída por 32 pais e mães avaliados em contexto forense, sendo 16 do sexo feminino (50%) e 16 do sexo

masculino (50%). Relativamente à idade, o intervalo etário é compreendido entre os 22 e os 54 anos ($M = 38.03$; $DP = 9.14$), sendo mais frequente a faixa entre os 31 e os 40 anos ($n = 12$; 37.5%), seguindo-se os sujeitos com idades entre os 41 e os 54 anos ($n = 11$; 34.4%). No que diz respeito à escolaridade, o número de sujeitos que tem o 3º ciclo do ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior é igual ($n = 9$; 28.1% em cada um dos níveis), e 5 sujeitos (15.6%) com o 2º ciclo do ensino básico. Em relação à profissão, é mais frequente os sujeitos da amostra serem trabalhadores não qualificados ($n = 9$; 28.1%) ou trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores ($n = 8$; 25.0%). O estado civil mais frequente é estarem casados ou em união de facto ($n = 13$; 40.6%), sendo mais comum terem apenas 1 filho ($n = 25$; 78.1%). No âmbito do tipo de processo em curso, observa-se que 19 sujeitos (59.4%) estão envolvidos em Processo de Promoção e Proteção, enquanto 13 sujeitos (40.6%) estão em processo de Regulação das Responsabilidades Parentais.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica da amostra (N=32)

	n	%
Sexo		
Feminino	16	50
Masculino	16	50
Idade		
22-30 anos	9	28.1
31-40 anos	12	37.5
41-54 anos	11	34.4
Escolaridade		
2º Ciclo do Ensino Básico	5	15.6
3º Ciclo do Ensino Básico	9	28.1
Ensino secundário	9	28.1
Ensino superior	9	28.1
Estado civil		
Solteiro	11	34.4
Casado/união de facto	13	40.6
Divorciado/separado	8	25.0
Número de filhos		
1	25	78.1
2	6	18.8
3	1	3.1
Tipo de processo		
Processo de promoção e proteção	19	59.4
Regulação das responsabilidades parentais	13	40.6
Profissão		
Desempregado	2	6.3
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	8	25.0
Trabalhadores qualificados na indústria, construção e artífices	2	6.3
Trabalhadores não qualificados	9	28.1
Técnicos e profissões de nível intermédio	1	3.1
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	5	15.6
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	3	9.4
Pessoal administrativo	1	3.1
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	1	3.1

3.2. Instrumentos

O presente estudo teve por base um protocolo que inclui um questionário sociodemográfico de caracterização da amostra e cinco instrumentos de autorresposta, nomeadamente a Escala de Baixo Autocontrolo, o Inventário de Avaliação Comportamental de Funções a Escala de Impulsividade de Barratt, o Inventário de Sintomas Psicopatológicos e a Escala de Desejabilidade Social de Coimbra

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

Ângela Rosário Loureiro Abreu (email: angela98abreu@gmail.com)

3.2.1. Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico foi construído para compilação de informação relativamente à idade, sexo, atividade profissional, nível de escolaridade, estado civil.

3.2.2. Escala de Baixo Autocontrolo (EBA; Grasmick, Tittle, Bursik, & Arneklev, 1993; Fonseca, 2002)

A Escala de Baixo Autocontrolo de Grasmick et al., (1993) é composta por 24 itens organizados em seis subescalas representativas dos fatores de baixo autocontrolo defendidos por Gottfredson e Hirschi (1990), nomeadamente: Fator 1) *Impulsividade* (itens 1, 2, 3 e 4); Fator 2) *Preferência por Tarefas Simples* (itens 5, 6, 7 e 8); Fator 3) *Tendência para a Tomada de Risco* (itens 9, 10, 11 e 12); Fator 4) *Preferência por Atividades Físicas* (itens 13, 14, 15 e 16); Fator 5) *Egocentrismo* (itens 17, 18, 19 e 20); Fator 6) *Temperamento explosivo* (itens 21, 22, 23 e 24). A escala de resposta é do tipo *Likert*, de 4 pontos (1- “Concordo totalmente” a 4- “Discordo totalmente”). Os valores de consistência interna do estudo original variam entre $\alpha=.50$, na subescala *Impulsividade*, e $\alpha=.79$, na subescala *Tendência para a Tomada de Risco* (Grasmick et al., 1993). Pontuações mais elevadas indicam um menor autocontrolo.

A adaptação da Escala de Baixo Autocontrolo para a população portuguesa (Fonseca, 2002) tem uma ligeira alteração na escala de resposta, mantendo os 4 pontos, mas que variam entre 0 (“Nada”) e 3 (“Muito”). O estudo português original registou um coeficiente de alfa de *Cronbach* ($\alpha=.81$) (Fonseca, 2002). Com base nos resultados, concluiu-se que a escala é mais consistente com a ideia de um construto unifatorial do que multifatorial.

3.2.3. Inventário de Avaliação Comportamental de Funções – Versão de autoavaliação para adultos (BRIEF-A; Ribeiro, Cruz-Santos, & Miranda-Correia, 2012)

O BRIEF-A é uma escala desenvolvida para fornecer informação sobre os comportamentos diários associados a domínios específicos das funções executivas em adultos dos 18 aos 90 anos. É um inventário de autorresposta constituído por 75 itens, cotados de acordo com a frequência com que a pessoa realiza cada comportamento descrito no item, segundo uma escala tipo *Likert* (i.e., 1 = “Nunca”; 2 = “Às vezes”; 3 = “Muitas Vezes”),

tendo como referência os últimos seis meses. Os itens do inventário organizam-se segundo nove escalas clínicas que se agrupam em dois índices: a) Metacognição (MI) e b) Regulação Comportamental (BRI) e uma escala que reflete o funcionamento geral (Global Executive Composite [GEC]) com base em dados teóricos e estatísticos. O índice de Metacognição é composto por cinco escalas: a) Inibição; b) Mudança/Alternância; c) Controlo Emocional; d) Monitorização; e) Inicialização. O índice de Regulação Comportamental é composto por quatro escalas: a) Memória de Trabalho; b) Planeamento/Organização; c) Completamento de tarefas e d) Organização de materiais. Existem ainda por três escalas de validade: a) Negatividade; b) Infrequência e c) Inconsistência.

Lima (2019) realizou, em Portugal, um estudo exploratório das propriedades psicométricas com uma amostra de 130 jovens adultos e adultos na versão de autorresposta e 130 sujeitos na versão de informador significativo. Lima (2019) encontrou bons valores de consistência interna nas versões de autorresposta e informador significativo para BRI (autorresposta, $\alpha=.90$; informador, $\alpha=.90$) e MI (autorresposta, $\alpha=.93$, informador, $\alpha=.94$). Para o GEC, a consistência interna também se considerou muito boa e semelhante para ambas as versões ($\alpha=.95$). Todas as subescalas clínicas apresentaram valores de consistência interna, desde aceitáveis a muito bons, à exceção da subescala *Inibição* ($\alpha=.58$ em ambas as versões).

Ribeiro (2019), cujo estudo se concentrou na população idosa, constatou que a consistência interna na versão de autorresposta foi muito boa para as escalas GEC ($\alpha=.94$) e MI ($\alpha=.93$) e a escala BRI obteve uma boa consistência interna ($\alpha=.88$). As escalas clínicas têm consistência interna aceitável a boa, exceto a escala *Inibição* em versão de autorresposta ($\alpha=.49$), semelhante ao que aconteceu no estudo de Lima (2019), o que pode significar que esta escala não é de fácil compreensão ou medição (Heleno, 2020).

3.2.4. Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI; Derogatis, 1982; Canavarro, 1999, 2007)

O BSI é um instrumento de autorresposta que avalia a sintomatologia clínica e o nível de psicopatologia, integrando 53 itens divididos por 9 dimensões: a) Somatizações; b) Obsessões-compulsões; c) Sensibilidade interpessoal; d) Depressão; e) Ansiedade; f) Hostilidade; g) Ansiedade fóbica; h) Ideação paranoide e j) Psicoticismo. O BSI tem também 3 índices globais:

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

o Índice Geral de Sintomas (IGS) que pondera a intensidade do mal-estar experienciado com o número de sintomas assinalados; o Índice de Sintomas Positivos (ISP) que transmite a média de intensidade dos sintomas apresentados, e o Total de Sintomas Positivos (TSP) que é o número de queixas sintomáticas (Canavarro, 2007). Os respondentes devem avaliar a intensidade numa escala de tipo *Likert* que vai de 0 (“nada”) a 4 (“extremamente”), tendo por referência os últimos sete dias (Derogatis, 1982). A escala possui um ponto de corte no Índice de Sintomas Positivos, considerando haver maior probabilidade de encontrar indivíduos perturbados emocionalmente nos sujeitos com pontuações ≥ 1.7 (Canavarro, 2007). Na versão portuguesa a consistência interna entre as subescalas situa-se entre 0,62 e 0,80 (Nazaré et al., 2017).

3.2.5. Escala de Impulsividade de Barratt (BIS-11; Patton, Stanford, & Barratt, 1995; Stanford et al., 2009; versão port., Cruz & Barbosa, 2012)

A Escala de Impulsividade de Barratt (BIS) surgiu em 1959, e em 1995 Patton, Standford e Barratt desenvolveram a BIS-11 com o intuito de recolher informações relacionadas com três fatores – atenção, impulsividade motora e não planeamento (Fernandes, 2014; Patton, Stanford, & Barratt, 1995).

A BIS-11 é um instrumento de autorresposta composto por 30 itens que descrevem formas habituais de agir, permitindo medir diferentes componentes da impulsividade numa escala de tipo *Likert* de quatro pontos, variando entre 1 (“raramente ou nunca”) e 4 (“quase sempre/sempre”). Pontuações mais elevadas indicam maior presença de comportamentos impulsivos. A BIS-11 integra fatores de primeira e de segunda ordem, constituintes da impulsividade, nomeadamente: a) fator “Impulsividade atencional” que tem como fatores de 1ª ordem a “Atenção” (itens 5, 9, 11, 20, 28) e a “Instabilidade cognitiva” (itens 6, 24, 26); b) fator “Impulsividade motora” que integra os fatores de 1ª ordem “Motor” (itens 2, 3, 4, 17, 19, 22, 25) e “Perseverança” (itens 16, 21, 23, 30); e c) e o “Não-planeamento” que incluiu os fatores de 1ª ordem “Autocontrolo” (itens 1, 7, 8, 12, 13, 14) e “Complexidade cognitiva” (itens 10, 15, 18, 27, 29). Existem itens que são cotados inversamente.

Os estudos de validade realizados por Patton et al. (1995) numa amostra inglesa, constituída por estudantes, doentes psiquiátricos e presidiários do sexo masculino ($n=773$), revelaram índices de consistência moderados a elevados, variando entre .79 e .82. Silva (2012), numa amostra de adolescentes, constatou que a escala tinha uma boa consistência interna ($\alpha=.71$). Fernandes (2014) obteve resultados semelhantes numa amostra de população geral adulta, com valor de alfa de *Cronbach* de .730 ($n=371$), indicador satisfatório de uma razoável consistência interna.

3.2.6. Escala de Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA; Oliveira, J., Alberto, I., & Fonseca, M., 2012)

A Escala de Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) foi construída por Alberto, Oliveira e Fonseca (2012), na sequência da análise de itens pertencentes a instrumentos utilizados na avaliação do construto, nomeadamente: Escala L do Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; Eysenck, Eysenck, & Barrett, 1985; adapt. port. Almiro & Simões, 2012); *The Social Desirability Scale-17* (SDS-17; Stöber, 1999, 2001) e *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Simões, Almiro, & Sousa, 2010). Na DESCa, os autores não incluíram itens de escalas já existentes, tentando superar algumas das limitações identificadas nos outros instrumentos. A DESCa é constituída por 15 itens cotados de 1 a 4 pontos, segundo uma escala do tipo *Likert* (1= “Discordo completamente” a 4= “Concordo completamente”), contendo alguns itens de cotação invertida. A escala de resposta não inclui um ponto central (e.g. não concordo nem discordo) de forma a evitar respostas de não compromisso (Oliveira, 2013).

No estudo original de validação da DESCa emergiu uma estrutura fatorial de três fatores: Fator 1: *Busca de Aprovação Social* (BAS); Fator 2: *Gestão de Imagem Social* (GIS); Fator 3: *Dependência Relacional* (DR) (Oliveira, 2013). Os fatores BAS e GIS apresentaram valores de consistência interna razoáveis, respetivamente de $\alpha=.799$ e $\alpha=.767$. O fator DR obteve um valor de consistência interna considerado fraco, segundo Pestana e Gageiro (2003), com um $\alpha=.609$. A escala total apresentou qualidades psicométricas razoáveis, tendo registado um coeficiente de consistência interna de $\alpha=.757$ e um coeficiente de precisão teste-reteste para um mês de intervalo de $r=.749$ (Oliveira, 2013).

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

Ângela Rosário Loureiro Abreu (email: angela98abreu@gmail.com)

O estudo revelou ainda diferenças nos resultados da DESCA em função da idade e do nível de escolaridade, observando-se que os participantes mais velhos obtiveram maior pontuação na escala total e os participantes com maior nível de escolaridade registaram pontuações inferiores no fator BAS (Oliveira, 2013).

3.3. Procedimentos

Os dados da amostra forense foram recolhidos dos processos de avaliação psicológica aos adultos em contexto de avaliação forense. A recolha da amostra foi assim efetuada através do método de amostragem não probabilística por conveniência. Os dados resultam do processo regular de avaliação psicológica, pelo que seguiu os procedimentos habituais deste contexto.

Foram realizadas análises estatísticas com recurso à versão 22.0 para *Windows* do programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

4. Resultados

4.1. Análise da Fiabilidade

A Escala de Baixo Autocontrolo (EBA) obteve um coeficiente de alfa de *Cronbach* de .69, com uma média de 13.53 (DP=6.039) para o total da escala.

Da análise das correlações entre cada item e a escala total (ver Anexo 14), constata-se que a maioria dos itens apresenta uma correlação com o total da escala abaixo de .300, limiar psicométrico considerado aceitável (Silvestre, 2011), à exceção dos itens 1 ($r=.439$), 2 ($r=.408$), 4 ($r=.450$), 6 ($r=.344$), 13 ($r=.330$), 20 ($r=.474$) e 22 ($r=.320$). Destacam-se os itens 3, 8 e 10 pelas correlações elevadas com o total da escala ($r=.695$; $r=.592$; $r=.591$, respetivamente). Os itens 15 e 16 registam uma correlação negativa com o total da escala ($r=-.186$; $r=-.069$, respetivamente), sendo que o valor da consistência interna do instrumento aumentaria ligeiramente se os mesmos fossem removidos, assim como o item 12 ($r=.040$).

Analisando as estatísticas descritivas dos itens da escala (ver Anexo 31), verifica-se que as médias variam entre .03 (DP=.177) no item 11 e 1.47 (DP=.950) no item 15. Os itens 9 (M=1.09; DP=1.088), 13 (M=1.22; DP=1.088), 15 (M=1.47; DP=.950) e 22 (M=1.09; DP=1.088) apresentam as maiores médias. O estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

DP=1.008) e 14 (M=1.38; DP=.942) registaram os valores mais altos de média, enquanto os itens 6 (M=.13; DP=.336), 20 (M=.09; DP=.296) e 22 (M=.16; DP=.454) obtiveram os valores mais baixos.

Tendo por base a estrutura das subescalas da EBA (ver Tabela 2), a análise da consistência interna mostra que a subescala *Temperamento Volátil* (itens 21, 22, 23 e 24) obteve coeficiente de consistência interna fraco ($\alpha=.66$) (Pestana & Gageiro, 2003); as subescalas *Impulsividade* (itens 1, 2, 3 e 4), *Preferência por Tarefas Simples* (itens 5, 6, 7 e 8) e *Egocentrismo* (itens 17, 18, 19 e 20) registaram valores de coeficiente de alfa de *Cronbach* razoáveis ($\alpha=.77$; $\alpha=.70$; $\alpha=.76$, respetivamente) (Pestana & Gageiro, 2003); a subescala *Preferência por Atividades Físicas* (itens 13, 14, 15 e 16) obteve o valor de alfa mais baixo ($\alpha=.29$) (Pestana & Gageiro, 2003), e a subescala *Tendência para a Tomada de Risco* (itens 9, 10, 11 e 12), obteve valor de alfa inaceitável ($\alpha=.45$) (Pestana & Gageiro, 2003), não sendo, desta forma, integrados nas análises posteriores. Para a obtenção destes valores e de forma a aumentar a consistência interna, foi removido o item 5 (“Evito coisas que sei que são difíceis”), localizado na subescala *Preferência por Tarefas Simples* (ver Anexo 3 e Anexo 4).

O Inventário de Sintomas Psicopatológico (BSI) obteve coeficientes entre .66 e .83 (ver Tabela 2). As subescalas *Sensibilidade Interpessoal*, *Depressão* e *Ansiedade Fóbica* registaram valores de alfa de *Cronbach* fraco ($\alpha=.66$; $\alpha=.68$; $\alpha=.66$, respetivamente) (Pestana & Gageiro, 2003); as subescalas *Somatização*, *Obsessões/Compulsões*, *Ansiedade*, *Hostilidade* e *Psicoticismo* obtiveram coeficientes de alfa razoáveis ($\alpha=.77$; $\alpha=.70$; $\alpha=.75$; $\alpha=.77$; $\alpha=.78$, respetivamente) (Pestana & Gageiro, 2003); a subescala *Ideação Paranóide* apresentou um valor bom ($\alpha=.83$) (Pestana & Gageiro, 2003).

O Inventário de Avaliação Comportamental de Funções Executivas – Versão de autoavaliação para adultos (BRIEF-A) apresenta valores de alfa de *Cronbach* entre .63 e .76 (ver Tabela 2). As subescalas *Monitorização*, *Inicialização*, *Memória de Trabalho* e *Organização de Materiais* registaram coeficientes de alfa de *Cronbach* fracos ($\alpha=.67$; $\alpha=.65$; $\alpha=.63$; $\alpha=.67$, respetivamente) (Pestana & Gageiro, 2003); e as subescalas *Inibição*, *Mudança*, *Controlo Emocional*, *Planificação* e *Completamento de Tarefas*

apresentaram valores de consistência interna razoáveis ($\alpha=.71$; $\alpha=.74$; $\alpha=.75$; $\alpha=.76$; $\alpha=.76$, respetivamente) (Pestana & Gageiro, 2003).

No que se refere à Escala de Impulsividade de Barrat (BIS-11), esta obteve um coeficiente de alfa de *Cronbach* de .66, com uma média 61.71 (DP=6.673) para o total da escala (ver Anexo 30). Optou-se por seguir com validade da totalidade da escala, uma vez que a consistência interna dos seus fatores registou maioritariamente valores inaceitáveis (ver Tabela 2).

Por último, na Escala de Desejabilidade Social (DESCA) os resultados ao nível da consistência interna variam entre 0.63 e 0.81 (ver Tabela 2), sendo que a subescala *Gestão de Imagem Social* regista um coeficiente de alfa de *Cronbach* fraco ($\alpha=.63$) (Pestana & Gageiro, 2003); a subescala *Dependência Relacional* apresenta uma consistência interna razoável ($\alpha=.70$) (Pestana & Gageiro, 2003); e a subescala *Busca de Aprovação Social* indica um valor de alfa de *Cronbach* bom ($\alpha=.81$) (Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 2. Análise da consistência interna das escalas dos instrumentos

	Alfa de Cronbach
EBA	
Impulsividade	.77
Preferência por tarefas simples	.70
Tendência para a tomada de risco	.45
Preferência por atividades físicas	.29
Egocentrismo	.76
Temperamento volátil	.66
Total	.69
BSI	
Somatização	.76
Obsessões-compulsões	.74
Sensibilidade interpessoal	.66
Depressão	.68
Ansiedade	.75
Hostilidade	.77
Ansiedade fóbica	.66
Ideação paranóide	.83
Psicoticismo	.78
BRIEF-A	
Inibição	.71
Mudança/alternância	.74
Controlo emocional	.75
Monitorização	.67
Inicialização	.65
Memória de trabalho	.63
Planificação/organização	.76
Completamento de tarefas	.76
Organização de materiais	.67
DESCA	
Busca de aprovação social	.81
Gestão de imagem social	.63
Dependência relacional	.70
BIS-11	
Fatores de 1ª ordem	
Motor	.51
Perseverança	.48
Instabilidade cognitiva	.37
Autocontrolo	-.19
Complexidade cognitiva	-.10
Atenção	-.23
Fatores de 2ª ordem	
Impulsividade motora	.40
Impulsividade atencional	.64
Impulsividade por não- planeamento	.64
Total	.66

4.2. Estudos de Validade: Análise das intercorrelações entre as subescalas Escala de Baixo Autocontrolo e das correlações entre a EBA e o Inventário de Avaliação Comportamental de Funções Executivas (BRIEF-A), o Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI), a Escala de Impulsividade de Barrat (BIS-11) e a Escala de Desejabilidade Social (DESCA)

Para a análise da validade de construto, realizaram-se correlações entre as dimensões e o total da Escala de Baixo Autocontrolo, tendo-se utilizado o coeficiente de correlação de *Pearson* (ver Tabela 3). Os resultados obtidos indicam que a subescala *Impulsividade* apresenta uma correlação significativa positiva de magnitude moderada com a subescala *Preferência por Tarefas Simples* ($r=.465$; $p=.008$) (Cohen, 1988), e uma correlação significativa positiva de magnitude elevada com o *Total* da escala ($r=.749$; $p=.000$) (Cohen, 1988). A subescala *Preferência por Tarefas Simples* apresenta apenas uma correlação significativa positiva de magnitude elevada com o *Total* ($r=.618$; $p=.000$) (Cohen, 1988). A subescala *Egocentrismo* regista uma correlação positiva de magnitude moderada com o *Total* ($r=.448$; $p=.013$) (Cohen, 1988). O mesmo acontece entre a subescala *Temperamento Volátil* e o *Total* ($r=.410$; $p=.024$) (Cohen, 1988).

Tabela 3. Coeficientes de correlações de *Pearson* entre as dimensões e total da EBA ($N=32$)

	Tarefas Simples	Egocentrismo	Temperamento volátil	Total
Impulsividade	.465**	.271	.020	.749**
Tarefas Simples Tomada de Risco	-	.078	.065	.618**
Físicas	-	.501**	-.343	.555*
Egocentrismo	-	.018	.239	.369*
Temperamento Volátil	-	-	-.009	.448*
	-	-	-	.410*

Nota: * $p > 0.05$; ** $p > 0.01$

Com o objetivo de analisar a validade concorrente¹, procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de *Spearman*, considerando o tamanho

¹ Nos estudos de validade concorrente, no cálculo das correlações entre os vários instrumentos foram usadas apenas as subescalas que registaram alfas de *Cronbach* no mínimo aceitáveis.

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

da amostra (n=22), entre os resultados obtidos na Escala de Baixo Autocontrolo e no Inventário de Avaliação Comportamental de Funções – Versão de autoavaliação para adultos (BRIEF-A) (ver Tabela 4). Os resultados indicam correlações moderadas, positivas e significativas entre as subescalas *Planificação*, *Completamento de Tarefas* (BRIEF-A) e a subescala *Impulsividade* (EBA) ($r_s=.456$, $p=.033$; $r_s=.485$, $p=.022$, respetivamente) (Cohen, 1988). As subescalas *Inibição* e *Completamento de Tarefas* (BRIEF-A) apresentam correlações moderadas, positivas e significativas com a subescala *Preferência por Tarefas Simples* (EBA) ($r_s=.498$, $p=.016$; $r_s=.422$, $p=.045$, respetivamente), já as subescalas *Controlo Emocional* e *Planificação* (BRIEF-A) indicam correlações positivas, significativas e elevadas com a *Preferência por Tarefas Simples* (EBA) ($r_s=.518$, $p=.011$; $r_s=.585$, $p=.003$, respetivamente) (Cohen, 1988). A subescala *Temperamento Volátil* (EBA) regista uma correlação positiva, significativa de magnitude moderada com a subescala *Mudança* (BRIEF-A) ($r_s=.461$, $p=.027$) (Cohen, 1988), e correlações positivas, significativas e elevadas com as subescalas *Controlo Emocional* e *Planificação* (BRIEF-A) ($r_s=.632$, $p=.001$; $r_s=.568$, $p=.005$, respetivamente) (Cohen, 1988). Apenas o *Total* (EBA) apresenta correlações positivas, moderadas e elevadas, significativas com todas as escalas do BRIEF-A.

Tabela 4. Coeficientes de correlações de Spearman entre a Escala de Baixo Autocontrolo e o BRIEF-A (N=22)

EBA	Impulsividade	Tarefas Simples	Egocentrismo	Temp. Volátil	Total
BRIEF-A					
Inibição	.125	.498*	-.206	.298	.441*
Mudança	.345	.220	.221	.461*	.505*
Controlo Emocional	.314	.518*	.027	.632**	.470*
Planificação	.456*	.585**	.157	.568**	.528*
Completamento de Tarefas	.485*	.422*	.257	.220	.555**

Nota: * $p > 0.05$; ** $p > 0.01$

Procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de *Spearman* entre os resultados obtidos na Escala de Baixo Autocontrolo e no Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI) (ver Tabela 5). A subescala *Somatização* (BSI) indica correlações elevadas, positivas e significativas com a *Preferência por Tarefas Simples* (EBA) ($r_s=.546$, $p=.007$) e o *Total* ($r_s=.531$, $p=.013$) (Cohen, 1988). A subescala *Psicoticismo* (BSI) regista correlações

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

Ângela Rosário Loureiro Abreu (email: angela98abreu@gmail.com)

moderadas, positivas e significativas com as subescalas *Preferência por Tarefas Simples*, *Temperamento Volátil* e o *Total* (EBA) ($r_s=.418$, $p=.047$; $r_s=.482$, $p=.023$; $r_s=.437$, $p=.047$, respetivamente) (Cohen, 1988). A subescala *Temperamento Volátil* (EBA) apresenta correlações positivas, significativas, de magnitude moderada com as subescalas *Obsessões/Compulsões*, *Ansiedade* e *Psicoticismo* (BSI) ($r_s=.471$, $p=.027$; $r_s=.450$, $p=.035$; $r_s=.482$, $p=.023$, respetivamente), enquanto as subescalas *Hostilidade*, *Ideação Paranóide* (BSI) registam uma correlação positiva, significativa e elevada ($r_s=.582$, $p=.005$; $r_s=.518$, $p=.014$; respetivamente) (Cohen, 1988).

Tabela 5. Coeficientes de correlações de Spearman entre Escala de Baixo Autocontrolo e o BSI (N=23)

EBA	Impulsi- vidade	Tarefas Simples	Egocentrismo	Temp. Volátil	Total
BSI					
Somatização	.413	.546**	.266	.116	.531*
Obsessões/Compulsões	.268	.364	-.015	.471*	.414
Ansiedade	.206	.167	-.075	.450*	.275
Hostilidade	.157	.285	-.119	.582**	.276
Ideação Paranóide	.141	.181	-.014	.518*	.259
Psicoticismo	.393	.418*	.256	.482*	.437*

Nota: * $p > 0.05$; ** $p > 0.01$

De forma a avaliar as correlações entre os resultados obtidos na Escala de Baixo Autocontrolo e na Escala de Impulsividade de Barrat (BIS-11) procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de Spearman (ver Tabela 6). Como os coeficientes de consistência interna nas escalas da BIS-11 atingiram valores inaceitáveis, optou-se por avaliar a validade concorrente apenas com o *Total* do instrumento. Verificou-se, nenhuma subescala da EBA tem uma correlação significativa com o *Total* da BIS-11 (Cohen, 1988).

Tabela 6. Coeficientes de correlações de Spearman entre a Escala de Baixo Autocontrolo e a BIS-11 (N=14)

EBA	Impulsi- vidade	Tarefas Simples	Egocentrismo	Temp. Volátil	Total
BIS-11 Total	.177	.321	-.345	-.035	.364

Nota: * $p > 0.05$; ** $p > 0.01$

Por último, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson para analisar a relação entre a Escala de Baixo Autocontrolo e a DESCA, (ver tabela 7). Os resultados obtidos indicam que a subescala *Gestão de Imagem Social* (DESCA) apresenta correlações positivas, significativas e elevadas

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

com a *Impulsividade*, *Preferência por Tarefas Simples* e com o *Total* (EBA) ($r=.630, p=.000$; $r=.689, p=.000$; $r=.768, p=.000$, respetivamente) (Cohen, 1988). Também se regista uma correlação positiva, significativa e elevada entre a subescala *Dependência Relacional* (DESCA) e *Preferência por Tarefas Simples* (EBA) ($r=.534, p=.004$) (Cohen, 1988).

Tabela 7. Coeficientes de correlações de Spearman entre a Escala de Baixo Autocontrolo e a DESCA (N=32)

EBA	Impulsividade	Tarefas Simples	Egocentrismo	Temp. Volátil	Total
DESCA					
Busca de Aprovação Social	-.014	.012	.185	-.152	-.046
Gestão de Imagem Social	.630**	.689**	.238	-.059	.768**
Dependência Relacional	.097	.534**	.037	-.110	.151

Nota: * $p > 0.05$; ** $p > 0.01$

4.3. Análise da influência de variáveis sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade e tipo de processo judicial) nos resultados da Escala de Baixo Autocontrolo

Para comparar os resultados na EBA em função da variável sexo procedeu-se ao teste Mann-Whitney, não se tendo registado diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres (ver Tabela 8). Procedendo para uma análise mais detalhada, observa-se que, à exceção da subescala *Preferência por Tarefas Simples* (sexo feminino: $M=1.00$, $DP=1.826$; sexo masculino: $M=1.13$; $DP=1.258$), o sexo feminino apresenta pontuações médias mais elevadas comparativamente ao sexo masculino (ver Anexo 15).

Tabela 8. Resultados no teste de Mann-Whitney nas subescalas de Escala de Baixo Autocontrolo em função do sexo

	Impulsividade	Tarefas Simples	Egocentrismo	Temp. Volátil	Total
U de Mann-Whitney	118.000	108.000	124.500	89.500	110.500
p	.953 ^a	.468 ^a	.897 ^a	.232 ^a	.951 ^a

a. Não corrigido para empates.

Com o objetivo de comparar os resultados na EBA em função da variável idade, agrupada em 3 categorias (22-30; 31-40; 41-54), procedeu-se ao teste Kruskal-Wallis para amostras independentes, não se tendo registado diferenças estatisticamente significativas em função da idade (ver Tabela 9). Depois da análise descritiva (ver Anexo 16), destaca-se a subescala *Egocentrismo*, na qual os sujeitos que se encontram entre as idades 41 e 54, têm uma média mais elevada (22-30: M=.78, DP=1.093; 31-40: M=.67, DP=.985; 41-54: M= 1.82, DP=2.714) em comparação às restantes categorias etárias. O grupo etário 31-40 regista valores de média mais elevados nas subescalas *Preferência por Tarefas Simples* (22-30: M=1.11, DP=1.537; 31-40: M=1.17, DP=2.038; 41-54: M=.91, DP=.944), *Temperamento Volátil* (22-30: M=1.22, DP=1.202; 31-40: M=2.09, DP=2.119; 41-54: M=1.73, DP=1.348) e *Total* da escala (22-30: M=13.33, DP=7.246; 31-40: M=14.36, DP=5.732; 41-54: M=12.80, DP=5.731).

Tabela 9. Resultados no teste de Kruskal-Wallis nas subescalas de Escala de Baixo Autocontrolo em função da idade

	Impulsi- vidade	Tarefas Simples	Egocentrismo	Temp. Volátil	Total
Qui-quadrado	.884	.157	1.536	.922	.314
p	.643	.925	.464	.631	.855

Procedeu-se ao cálculo do teste de Mann-Whitney para analisar a influência do tipo de processo judicial (Processo de Promoção e Proteção; Regulação de Responsabilidades Parentais) nos resultados na Escala de Baixo Autocontrolo, não se registando diferenças estatísticas para nenhuma das subescalas nem no Total da EBA (ver Tabela 11). Seguindo com as análises descritivas, nota-se que o Processo de Promoção e Proteção regista médias mais elevadas comparativamente ao processo de Regulação de Responsabilidades Parentais (ver Anexo 17).

Tabela 10. Resultados no teste de Mann-Whitney nas subescalas de Escala de Baixo Autocontrolo em função do tipo de processo judicial

	Impulsi- vidade	Tarefas Simples	Egocentrismo	Temp. Volátil	Total
U de Mann- Whitney	106.000	111.500	108.000	89.000	77.500
p	.679 ^a	.650 ^a	.570 ^a	.275 ^a	.170 ^a

a. Não corrigido para empates.

5. Discussão

O presente estudo visa contribuir para a validação da Escala de Baixo Autocontrole, tendo por base uma amostra de pais/mães avaliados em contexto forense, tendo como objetivos específicos: avaliar as qualidades psicométricas da EBA a nível da fiabilidade, explorar a relação entre a EBA e outros instrumentos associados ao autocontrole, como a Escala de Impulsividade de Barratt (BIS-11), a Escala de Desejabilidade Social (DESCA), o Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI) e o Inventário de Avaliação Comportamental de Funções Executivas (BRIEF-A), e analisar a influência de algumas variáveis sociodemográficas (sexo, idade e tipo de Processo Judicial).

Relativamente à precisão, a Escala de Baixo Autocontrole apresentou para o total da escala uma fraca consistência interna (Pestana & Gageiro, 2003), com um coeficiente de alfa de *Cronbach* de .69. No entanto, este valor está no limiar do aceitável, pelo menos para fins de investigação. Comparativamente com os estudos nacionais de Fonseca (2002) e Palma (2019) ($\alpha=.816$; $\alpha=.81$, respetivamente), o alfa de *Cronbach* é bastante inferior, contudo, é de se notar que as amostras das pesquisas mencionadas são maiores, tendo por base jovens e adultos da população geral.

No que diz respeito à consistência interna das subescalas da EBA, registaram-se valores que variam entre consistência inadmissível e razoável (Pestana & Gageiro, 2003). A subescala *Temperamento Volátil* obteve um valor de alfa abaixo do estabelecido como aceitável ($\alpha=.66$) (Pestana & Gageiro, 2003). A subescala *Preferência por Tarefas Simples* é composta por 4 itens (5, 6, 7 e 8), mas excluindo o item 5 (“Evito coisas que sei que são difíceis”) o coeficiente de alfa de *Cronbach* passa para .704 (ver Anexo 4), o que reflete uma consistência interna moderada (Pestana & Gageiro, 2003). As subescalas *Tendência para a Tomada de Risco* e *Preferência por Atividades Físicas*, constituídas por 4 itens cada, não conseguiram atingir uma consistência razoável, mesmo com a exclusão de algum item, mantendo-se sempre no patamar de consistência inadmissível (ver Anexo 4 e 6) (Pestana & Gageiro, 2003). As restantes subescalas da EBA registaram valores de alfa aceitáveis, superiores a .70 (Field, 2013). No entanto, DeVellis (1991) salienta que na área das ciências sociais e humanas poderão ser aceitáveis valores de alfa de *Cronbach* mais baixos, havendo autores que consideram alfas de

Cronbach superiores a .60 como aceitáveis em contexto de pesquisa e valores inferiores a .50 como inaceitáveis (Field, 2013). De qualquer das formas, os resultados obtidos na EBA devem ser ponderados com reserva, atendendo aos coeficientes de consistência interna registados.

Relativamente à análise das correlações entre as subescalas da EBA, no geral, os resultados revelaram que, apesar da existência de coeficientes positivos e significativos, as subescalas não se mostram significativamente correlacionadas umas com as outras. Apenas a subescala *Impulsividade* regista uma correlação moderada, positiva e estatisticamente significativa com outra subescala, a *Preferência por Tarefas Simples*. No entanto, verificaram-se correlações positivas, moderadas e elevadas, e significativas, entre as subescalas e o *Total* da EBA. Estes resultados diferem do estudo de Palma (2019), em que as subescalas estão significativamente correlacionadas umas com as outras, embora tenham sido encontrados algumas correlações fracas. Contudo, estas correlações registaram-se entre as subescalas *Preferência por atividades físicas* e *Tendência para a tomada de risco*, que não foram incluídas neste estudo devido à consistência interna inadmissível que obtiveram (Pestana & Gageiro, 2003).

A validade concorrente da Escala de Baixo Autocontrolo foi analisada a partir da sua correlação com o Inventário de Avaliação Comportamental de Funções - Versão de autoavaliação para adultos (BRIEF-A; Ribeiro, Cruz-Santos, & Miranda-Correia, 2012), o Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI; Derogatis, 1982 - versão portuguesa de Canavarro, 1999, 2007) e a Escala de Impulsividade de Barrat (BIS-11; Patton, Stanford, & Barratt, 1995 - versão portuguesa de Cruz & Barbosa, 2012).

No que diz respeito às correlações com os resultados do BRIEF-A, registaram-se correlações positivas, moderadas e significativas entre o *Total* da Escala de Baixo Autocontrolo e os fatores que compõem o BRIEF-A, variando as correlações entre $r=.441$ (*Inibição*) e $r=.555$ (*Completamento de Tarefas*), sendo a correlação com o valor mais significativo entre a subescala *Preferência por Tarefas Simples* (EBA) e a subescala *Planificação/Organização* (BRIEF-A) ($r=.585$). Sendo que a componente da *Planificação/Organização* está relacionada com a capacidade de antecipar eventos futuros, implementar metas e desenvolver etapas apropriadas, com antecedência (Ribeiro, 2019), não é congruente existir uma correlação com a

subescala *Preferência por Tarefas Simples*. Esta correlação pode significar que estas subescalas são de difícil compreensão ou então, pode ser devido à exclusão do item 5 da subescala *Preferência por Tarefas Simples*.

A correlação entre a Escala de Baixo Autocontrolo e o BSI revelou maioritariamente correlações positivas significativas de magnitude moderada entre as subescalas *Obsessões/Compulsões*, *Ansiedade*, *Hostilidade*, *Ideação Paranóide* e *Psicoticismo* com a subescala *Temperamento Volátil* ($r=.471$; $r=.450$; $r=.582$; $r=.518$; $r=.482$, respetivamente). Estes resultados podem refletir a presença de baixo autocontrolo nos construtos avaliados por estas subescalas do BSI, no entanto, sendo correlações moderadas, pode-se assumir que os instrumentos avaliam construtos diferentes.

Também não se registaram coeficientes de correlação moderados ou elevados entre a EBA e a BIS-11, obtendo valores fracos e até negativos. Este resultado pode indicar que a Escala de Baixo Autocontrolo e a BIS-11 medem construtos distintos (autocontrolo e impulsividade), salientando, todavia, que no presente estudo só se usou o Total da BIS-11, considerando as consistências internas dos fatores de 1ª e 2ª ordem.

Relativamente à correlação entre a Escala de Baixo Autocontrolo e a DESCAs, registou-se um coeficiente de correlação alta, positiva e significativa entre a subescala *Gestão de Imagem Social* e o *Total* da Escala de Baixo Autocontrolo ($r=.768$). A subescala *Gestão de Imagem Social* (GIS) remete para o reconhecimento que os sujeitos fazem uso, consciente e de forma deliberada, de estratégias para enganar uma audiência no sentido de criar uma imagem positivamente favorável de si, o que poderá explicar a forma como os pais/mães que compõem esta amostra de estudo responderam aos itens desta subescala. Mais concretamente, os pais/mães avaliados em contexto judicial, são favorecidos se a informação recolhida sobre os próprios for positiva. No entanto, seria esperável uma correlação negativa, ou seja, quanto mais elevado o resultado na GIS, menor deveria ser o resultado na EBA. Sendo assim, apesar dos coeficientes de correlação sugerirem a presença de gestão das respostas, não parece ter sido suficiente para influenciar as respostas à EBA.

Tendo em consideração a análise das variáveis sociodemográficas, especificamente o Sexo dos participantes, não se registam diferenças significativas nas respostas para o total ou as subescalas da EBA. Apenas a subescala *Preferência por Tarefas Simples* regista médias mais elevadas no

sexo masculino, ainda que não sejam diferenças estatisticamente significativas. Este resultado vai ao encontro do estudo de Palma (2019), com uma amostra de adultos da população geral, no qual se verifica que o sexo feminino apresenta pontuações médias mais elevadas comparativamente ao sexo masculino, contudo essas diferenças não se revelaram estatisticamente significativas. Tais resultados diferem dos verificados em algumas pesquisas que revelam que o sexo feminino geralmente tem mais autocontrolo que o sexo masculino (Botchkovar et al., 2015; Gibbs et al., 1998; Gibson et al., 2010; Gottfredson & Hirschi, 1990; Shekarkhar & Gibson, 2011; Tittle et al., 2003).

De acordo com os dados mencionados, e salientando a subescala *Temperamento explosivo*, cujo conteúdo estaria mais direcionado para o sexo masculino (Gibson et al. 2010), a obtenção de maior pontuação média nesta subescala por parte do sexo feminino, tanto neste estudo como no estudo de Palma (2019), poderá estar relacionado com a conceção de resolução verbal de conflito, por meio de discussão oral, em detrimento de violência física, uma vez que este género é mais expressivo, sensível e menos violento que o género masculino (Poeschl et al., 2004).

Considerando a variável Idade, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para as subescalas utilizadas neste estudo e para o *Total*. A subescala *Egocentrismo* tem valores de média mais elevados nos sujeitos com idades compreendidas entre os 41 e 54 anos, em comparação com os sujeitos das categorias etárias mais baixas. O grupo etário 31-40 regista valores de média mais elevados nas subescalas *Preferência por Tarefas Simples*, *Temperamento Volátil* e *Total* da escala. Estes resultados não são congruentes com o pressuposto defendido por alguns autores que assenta no aumento do autocontrolo com a idade (Arneklev et al., 1998; Fonseca, 2008; Turner & Piquero, 2002). No entanto, o presente estudo tem como amostra pais/mães em avaliação no contexto judicial, sendo possível que os próprios expressem, efetivamente, menos autocontrolo.

Não se observam diferenças estatisticamente significativas na variável Tipo de Processo Judicial. Na literatura não se encontra informação que enquadre estes dados, dada a escassez de estudos sobre a EBA na parentalidade, especificamente em contexto judicial. Pode-se ponderar que não se distinguem, ao nível do autocontrolo, os pais/mães que não conseguem

entre si negociar a Regulação das responsabilidades parentais e os pais/mães que são identificados em processos de Promoção de proteção de crianças.

6. Conclusão

A presente investigação teve como objetivos a validação da Escala do Baixo Autocontrolo de Grasmick e colaboradores (1993), adaptada por Fonseca (2008), numa amostra de pais/mães avaliados em contexto forense, especificamente na área da parentalidade.

Os resultados traduzem qualidades psicométricas fracas a razoáveis ao nível da fiabilidade (consistência interna). A Escala de Baixo Autocontrolo apresentou um coeficiente de alfa de *Cronbach* fraco para o total da escala, assim como a maioria das correlações entre cada item e a escala total são fracas, sendo que estas correlações se encontram abaixo do limiar psicométrico considerado aceitável (Silvestre, 2011). A análise da consistência interna, relativamente à estrutura das subescalas, revela que a *Preferência por Atividades Físicas* e a *Tendência para a Tomada de Risco* apresentaram valores de alfa inadmissíveis, a subescala *Temperamento Volátil* revela um coeficiente de consistência interna fraco, enquanto as restantes subescalas (*Impulsividade*, *Preferência por Tarefas Simples* e *Egocentrismo*) apresentam consistência interna razoável.

É um instrumento que pode ser útil na avaliação em contexto forense na área da parentalidade, embora com reservas, considerando alguns dos resultados obtidos. Há limitações a destacar no presente estudo e que se podem refletir nos resultados obtidos. Uma limitação relaciona-se com a amostra, nomeadamente, o reduzido número de participantes ($n= 32$). Desta forma, sugere-se que em estudos futuros se desenvolvam estudos com amostras de maiores dimensões e representativas da população forense adulta residente em Portugal.

A influência do tipo de processo envolvido neste contexto deverá ser estudada futuramente, visto que este foi o primeiro estudo a envolver esta variável, não sendo possível realizar comparações com outros estudos.

Adicionalmente, seria importante proceder a uma análise qualitativa dos itens para conferir se os mesmos são percebidos de acordo com os pressupostos definidos por Gottfredson e Hirschi (1990). Esta questão tem sido negligenciada na investigação, particularmente nos estudos que Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

abrangem participantes de diferentes faixas etárias. Para melhorar a própria medida de autocontrolo importa, ainda, estudar a hipótese de interpretações distintas dos itens consoante a faixa etária, aplicando-se o mesmo raciocínio à variável sexo, especificamente em amostras forenses.

Referências

- Ackerman, M. J. (2010). *Essentials of forensic psychological assessment* (2nd ed.). Hoboken, NJ: Wiley
- Akers, R. L. (1991). Self-control as a general theory of crime. *Journal of Quantitative Criminology*, 7(2), 201–211. <https://doi.org/10.1007/bf01268629>
- Allom, V., Panetta, G., Mullan, B., e Hagger, M. S. (2016). Self-Report and behavioural approaches to the measurement of self-control: Are we assessing the same construct?. *Personality and Individual Differences*, 137-142.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th Ed.): DSM-V. Washington, DC: APA.
- Arneklev, B. J., Cochran, J. K., & Gainey, R. R. (1998). Testing Gottfredson and Hirschi's "low self-control" stability hypothesis: An exploratory study. *American Journal of Criminal Justice*, 23(1), 107–127. <https://doi.org/10.1007/bf02887286>
- Arneklev, B. J., Elis, L., & Medlicott, S. (2006). Testing the general theory of crime: comparing the effects of "imprudent behavior" and an attitudinal indicator of "low self-control." *Western Criminology Review*, 7(3), 41–55.
- Arneklev, B. J., Grasmick, H. G., Tittle, C. R., & Bursik, R. J. (1993). Low self-control and imprudent behavior. *Journal of Quantitative Criminology*, 9(3), 225–247. <https://doi.org/10.1007/bf01064461>
- Barkley, R. (2002). *Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade* (3rd ed.). Artmed.

- Baumeister, R. F., Heatherton, T. F., & Tice, D. M. (1994). *Losing control: How and why people fail at self-regulation*. Academic Press.
- Baumeister, R. F., Vohs, K. D. (2004). *Handbook of self-regulation: Research, theory, and applications*. The Guilford Press.
- Baumeister, R. F., Vohs, K. D., & Tice, D. M. (2007). The strength model of self-control. *Current Directions in Psychological Science*, 16(6), 351–355. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00534.x>
- Beaver, K. M., Ratchford, M., & Ferguson, C. J. (2009). Evidence of genetic and environmental effects on the development of low self-control. *Criminal Justice and Behavior*, 36(11), 1158–1172. <https://doi.org/10.1177/0093854809342859>
- Boisvert, D., Boutwell, B. B., Barnes, J., & Vaske, J. (2013). Genetic and environmental influences underlying the relationship between low self-control and substance use. *Journal of Criminal Justice*, 41(4), 262–272. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2013.05.007>
- Botchkovar, E., Marshall, I. H., Rocque, M., & Posick, C. (2015). The importance of parenting in the development of Self-Control in boys and girls: Results from a multinational study of youth. *Journal of Criminal Justice*, 43(2), 133–141. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.02.001>
- Botchkovar, E., Marshall, I. H., Rocque, M., & Posick, C. (2015b). The importance of parenting in the development of Self-Control in boys and girls: Results from a multinational study of youth. *Journal of Criminal Justice*, 43(2), 133–141. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.02.001>

- Boutwell, B. B., & Beaver, K. M. (2010). The intergenerational transmission of low self-control. *Journal of Research in Crime & Delinquency*, *47*, 174-209.
- Bridgett, D. J., Burt, N. M., Laake, L. M., & Oddi, K. B. (2013). Maternal self-regulation, relationship adjustment, and home chaos: Contributions to infant negative emotionality. *Infant Behavior & Development*, *36*, 534–547.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.infbeh.2013.04.004>
- Bridgett, D. J., Gartstein, M. A., Putnam, S. P., Lance, K. O., Iddins, E., Waits, R., ... Lee, L. (2011). Emerging effortful control in toddlerhood: The role of infant orienting/regulation, maternal effortful control, and maternal time spent in caregiving activities. *Infant Behavior & Development*, *34*, 189–199.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.infbeh.2010.12.008>
- Bridgett, D. J., Kanya, M. J., Rutherford, H. J., & Mayes, L. C. (2017). Maternal executive functioning as a mechanism in the intergenerational transmission of parenting: Preliminary evidence. *Journal of Family Psychology*, *31*, 19–29.
<http://dx.doi.org/10.1037/fam0000264>
- Burtch, B. E., Blumstein, A., Cohen, J., Roth, J. A., & Visher, C. A. (1988). Criminal careers and “career criminals”. *Contemporary Sociology*, *17*(3), 360. <https://doi.org/10.2307/2069654>
- Burton, V. S., Jr., T. David Evans, Francis T. Cullen, Kathleen M. Olivares, & R. Gregory Dunaway (1999). Age, self-control, and adult’s offending behaviors: A research note assessing a general theory of crime. *Journal of Criminal Justice*, *27*, 45-54.

- Canavarro, M. C. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos – B.S.I. In M. Simões, M. Gonçalves, & L. Almeida (Eds.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (Vol. 2, pp. 95-109). APPORT/SHO.
- Canavarro, M. C. (2007). Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI): Uma revisão crítica dos estudos realizados em Portugal. In M. R. Simões, C. Machado, M. M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Coord.), *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (Vol. 3, pp.305-331). Ed. Quarteto.
- Carver, C. S., & Scheier, M. F. (1998). *On the self-regulation of behavior*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139174794>
- Chui, W. H., & Chan, H. C. (2016). The gendered analysis of self control on theft and violent delinquency: An examination of Hong Kong adolescent population. *Crime & Delinquency*, 62, 1648-1677. <https://doi.org/10.1177/0011128712470992>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Crespo, L. M., Trentacosta, C. J., Udo-Inyang, I., Northerner, L., Chaudhry, K., & Williams, A. (2019). Self-regulation mitigates the association between household chaos and children's behavior problems. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 60, 56–64.
- Cumberland-Li, A., Eisenberg, N., Champion, C., Gershoff, E., & Fabes, R. A. (2003). The relation of parental emotionality and related dispositional traits to parental expression of emotion and children's social functioning. *Motivation and Emotion*, 27, 27–56. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1023674308969>

- Deater-Deckard, K., & Bell, M. A. (2017). Maternal executive function, heart rate, and EEG alpha reactivity interact in the prediction of harsh parenting. *Journal of Family Psychology, 31*, 41–50.
- Deater-Deckard, K., Chen, N., Wang, Z., & Bell, M. A. (2012). Socioeconomic risk moderates the link between household chaos and maternal executive function. *Journal of Family Psychology, 26*, 391–399. <http://dx.doi.org/10.1037/a0028331>
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). The general causality orientations scale: Self-determination in personality. *Journal of Research in Personality, 19*, 109–134. [http://dx.doi.org/10.1016/0092-6566\(85\)90023-6](http://dx.doi.org/10.1016/0092-6566(85)90023-6)
- DeLisi, M. (2001a). Designed to fail: Self-control and involvement in the criminal justice system. *American Journal of Criminal Justice, 26*(1), 131–148. <https://doi.org/10.1007/bf02886862>
- DeLisi, M. (2001b). It's all in the record: Assessing self-control theory with an offender sample. *Criminal Justice Review, 26*(1), 1–16. <https://doi.org/10.1177/073401680102600102>
- DeLisi, M., Beaver, K. M., Vaughn, M. G., & Wright, J. P. (2009). All in the family. *Criminal Justice and Behavior, 36*(11), 1187–1197. <https://doi.org/10.1177/0093854809342884>
- DeLisi, M., Hochstetler, A., & Murphy, D. S. (2003). Self-control behind bars: A validation study of the Grasmick et al. scale. *Justice Quarterly, 20*(2), 241–263. <https://doi.org/10.1080/07418820300095521>
- Derogatis, L. R. (1982). *BSI: Brief Symptom Inventory* (3rd ed.). National Computers Systems.
- Dodson, K. D. (2005). *Tracing the evolution of Gottfredson and Hirschi's concept of selfcontrol: a conceptual and empirical analysis*. (Theses

and Dissertations (All). 958). Indiana University of Pennsylvania.

<http://knowledge.library.iup.edu/etd/958>

Eisenberg, N. (2000). Emotion, regulation, and moral development. *Annual Review of Psychology*, 51(1), 665–697.

<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.51.1.665>

Flexon, J. L., Meldrum, R. C., & Piquero, A. R. (2015). Low Self-Control and the Victim–Offender overlap. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(11), 2052–2076.

<https://doi.org/10.1177/0886260515572471>

Flexon, J. L., Meldrum, R. C., Young, J. T., & Lehmann, P. S. (2016). Low self-control and the Dark Triad: Disentangling the predictive power of personality traits on young adult substance use, offending and victimization. *Journal of Criminal Justice*, 46, 159–169.

<https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.05.006>

Fonseca, A. (2002). Uma escala de autocontrolo: Dados preliminares para a população portuguesa. *Psychologica*, 30, 193-202.

Fonseca, A. C. (2006). Psicologia forense: Uma breve introdução. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, Taborda-Simões, M. C., & Pinho, M.S. (Eds.), *Psicologia Forense*. 3-23. Coimbra: Almedina.

Fonseca, A. C. (2014). *Transição para a vida adulta: o papel do autocontrolo*. In A.C.Fonseca (Eds.), *Jovens Adultos* (pp.133-162). Coimbra: Almedina.

Fonseca, A. C. (2015). *Transição para a vida adulta: o papel do autocontrolo*. In A. C. Fonseca (Ed.), *Jovens Adultos* (pp.133-162). Ed. Almedina.

Fonseca, A. C., Oliveira, M., & Silva, J. T. (2017). O papel do autocontrolo no desempenho académico na transição da adolescência para a idade

- adulta. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 51(1), 5–25.
https://doi.org/10.14195/1647-8614_51-1_1
- Franken, A., Moffitt, T. E., Steglich, C. E. G., Dijkstra, J. K., Harakeh, Z., & Vollebergh, W. A. M. (2015). The role of self-control and early adolescents' friendships in the development of externalizing behavior: The SNARE study. *Journal of Youth and Adolescence*, 45(9), 1800–1811. <https://doi.org/10.1007/s10964-015-0287-z>
- Gauvain, M., & Perez, S. M. (2008). Mother–child planning and child compliance. *Child Development*, 79, 761–775. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8624.2008.01156.x>
- Geeraerts, S. B., Endendijk, J., Deater-Deckard, K., Huijding, J., Deutz, M. H. F., van den Boomen, C., & Deković, M. (2021). The role of parental self-regulation and household chaos in parent-toddler interactions: A time-series study. *Journal of Family Psychology*, 35(2), 236–246. <https://doi.org/10.1037/fam0000814>
- Gibbs, J. J., & Giever, D. (1995). Self-control and its manifestations among university students: An empirical test of Gottfredson and Hirschi's general theory. *Justice Quarterly*, 12(2), 231–255. <https://doi.org/10.1080/07418829500092661>
- Gibbs, J. J., Giever, D., & Higgins, G. E. (2003). A Test of Gottfredson and Hirschi's general theory using structural equation modeling. *Criminal Justice and Behavior*, 30(4), 441–458. <https://doi.org/10.1177/0093854803253135>
- Gibbs, J. J., Giever, D., & Martin, J. S. (1998). Parental management and self-control: An empirical test of Gottfredson and Hirschi's general theory. *Journal of Research in Crime & Delinquency*, 35, 40-70.

- Gomes, H. M. D. S., & Gouveia-Pereira, M. (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrole. *Análise Psicológica*, 32(4), 439–451. <https://doi.org/10.14417/ap.958>
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime* (1st ed.). Stanford University Press.
- Gottfredson, M. R., e Hirschi, T. (2003). Self-control and opportunity. In C. L. Britt, & M. R. Gottfredson, *Control theories of crime and delinquency* (pp. 5-19). Transaction Publishers, New Brunswick.
- Gouveia, V. V., Santos, W. S., Guerra, V. M., Fonseca, P. N., & Gouveia, R. S. V. (2013). Escala de Autocontrole: adaptação brasileira e evidências de validade de construto. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 379-386.
- Granic, I., & Patterson, G. R. (2006). Toward a comprehensive model of antisocial development: A dynamic systems approach. *Psychological Review*, 113(1), 101–131. <https://doi.org/10.1037/0033-295x.113.1.101>
- Grasmick, H. G., Tittle, C. R., Bursik, R. J., & Arneklev, B. J. (1993). Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30(1), 5–29. <https://doi.org/10.1177/0022427893030001002>
- Grolnick, W. S., Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1997). Internalization within the family: The self-determination theory perspective. In J. E. Grusec & L. Kuczynski (Eds.), *Parenting and Children's Internalization of Values: A Handbook of Contemporary Theory* (135–161). John Wiley & Sons Inc.
- Grusec, J. E., Goodnow, J. J., & Kuczynski, L. (2000). New directions in analyses of parenting contributions to children's acquisition of values.

- Child Development*, 71, 205–211. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-8624.00135>
- Hardaway, C. R., Wilson, M. N., Shaw, D. S., & Dishion, T. J. (2012). Family functioning and externalizing behaviour among low-income children: Self-regulation as a mediator. *Infant and Child Development*, 21, 67–84. <http://dx.doi.org/10.1002/icd.765>
- Hay, C. (2001). Parenting, self-control, and delinquency: A test of self-control theory. *Criminology*, 39(3), 707–736. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2001.tb00938.x>
- Heilbrun, K., Grisso, T., & Goldstein (2009). *Foundations of forensic mental health assessment*. New York: Oxford University Press.
- Hofer, S. M., Thorvaldsson, V., & Piccinin, A. M. (2011). Foundational issues of design and measurement in developmental research. In B. Laursen, T. D. Little, & N. Card (Eds.), *Handbook of developmental research methods*. New York: Guilford Press.
- Hofmann, W., Friese, M., & Strack, F. (2009). Impulse and self-control from a dual-systems perspective. *Perspectives on Psychological Science*, 4(2), 162–176.
- Hope, T. L., & Chapple, C. L. (2004). Maternal characteristics, parenting, and adolescent sexual behavior: The role of self-control. *Deviant Behavior*, 26(1), 25–45. <https://doi.org/10.1080/016396290500405>
- Jackson, D. B., & Beaver, K. M. (2013). The influence of neuropsychological deficits in early childhood on low self-control and misconduct through early adolescence. *Journal of Criminal Justice*, 41(4), 243–251. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2013.05.002>

- Jo, Y., & Armstrong, T. (2016). The development of Self-Control in late adolescence: An analysis of trajectories and predictors of change within trajectories. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(1), 50–72.
<https://doi.org/10.1177/0306624x16643786>
- Jo, Y., & Armstrong, T. (2018). The development of a self-control in late adolescence: An analysis of trajectories and predictors of change within trajectories. *Internacional Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(1), 50-72.
- Karoly, P. (1993). Mechanisms of self-regulation: A systems view. *Annual Review of Psychology*, 44, 23–52. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.44.020193.000323>
- Koon-Magnin, S., Bowers, D., Langhinrichsen-Rohling, J., & Arata, C. (2016). Social learning, self-control, gender, and variety of violent delinquency. *Deviant Behavior*, 37(7), 824–836. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1147798>
- Latimore, T. L., Tittle, C. R., & Grasmick, H. G. (2006). Childrearing, Self-Control, and crime: Additional evidence. *Sociological Inquiry*, 76(3), 343–371. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682x.2006.00159.x>
- Laub, J. H., & Sampson, R. J. (1988). Unraveling families and delinquency: A reanalysis of the gluecks' data. *Criminology*, 26(3), 355–380. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1988.tb00846.x>
- Laurin, J. C., & Joussemet, M. (2017). Parental autonomy-supportive practices and toddlers' rule internalization: A prospective observational study. *Motivation and Emotion*, 41(5), 562–575. <https://doi.org/10.1007/s11031-017-9627-5>

Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, na atual redação conferida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.

Lima, L. A. (2019). *O instrumento Behavior Rating of Executive Function-Adult Version (BRIEF-A): estudo exploratório das propriedades psicométricas* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Lipscomb, S. T., Leve, L. D., Harold, G. T., Neiderhiser, J. M., Shaw, D. S., Ge, X., & Reiss, D. (2011). Trajectories of parenting and child negative emotionality during infancy and toddlerhood: A longitudinal analysis. *Child Development*, 82, 1661–1675. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8624.2011.01639.x>

Longshore, D., & Turner, S. (1998). Self-control and criminal opportunity. *Criminal Justice and Behavior*, 25(1), 81–98. <https://doi.org/10.1177/0093854898025001005>

Longshore, D., Rand, S. T., & Stein, J. A. (1996). Self-control in a criminal sample: an examination of construct validity. *Criminology*, 34(2), 209–228. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1996.tb01203.x>

Lorber, M. F., Mitnick, D. M., & Slep, A. M. S. (2016). Parents' experience of flooding in discipline encounters: Associations with discipline and interplay with related factors. *Journal of Family Psychology*, 30(4), 470–479. <https://doi.org/10.1037/fam0000176>

Magnusson, B. M., Crandall, A., & Evans, K. (2019). Early sexual debut and risky sex in young adults: The role of low self-control. *BMC Public Health*, 19(1483), 1–9. <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7734-9>

- Maloney, P. W., Grawitch, M. J., & Barber, L. K. (2012). The multi-factor structure of the Brief Self-Control Scale: Discriminant validity of restraint and impulsivity. *Journal of Research in Personality*, *46*(1), 111-115. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrp.2011.10.001>
- Mamayek, C., Paternoster, R., & Loughran, T. A. (2016). Self-control as self-regulation: A return to control theory. *Deviant Behavior*, *38*(8), 895–916. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1206730>
- Marcus, B. (2003). An empirical examination of the construct validity of two alternative self-control measures. *Educational and Psychological Measurement*, *63*(4), 674–706. <https://doi.org/10.1177/0013164403251329>
- Matheny, A. P., Wachs, T. D., Ludwig, J. L., & Phillips, K. (1995). Bringing order out of chaos: Psychometric characteristics of the confusion, hubbub, and order scale. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *16*(3), 429–444. [https://doi.org/10.1016/0193-3973\(95\)90028-4](https://doi.org/10.1016/0193-3973(95)90028-4)
- Mayone, M. A., & Arneklev, B. J. (2015). Curiosity, low self-control and deviance: An exploratory study. *Florida Atlantic University Undergraduate Research Journal*, *4*(1), 1-13.
- McCullough, M. E., & Willoughby, B. L. B. (2009). Religion, self-regulation, and self-control: Associations, explanations, and implications. *Psychological Bulletin*, *135*(1), 69–93. <https://doi.org/10.1037/a0014213>
- Meehan, K. B., de Panfilis, C., Cain, N. M., & Clarkin, J. F. (2013). Effortful control and externalizing problems in young adults. *Personality and Individual Differences*, *55*(5), 553–558. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2013.04.019>

- Miller, H. (2011). Self-control and health outcomes in a nationally representative sample. *American Journal of Health Behavior*, 35(1).
<https://doi.org/10.5993/ajhb.35.1.2>
- Mischel, W., Shoda, Y., & Rodriguez, M. (1989). Delay of gratification in children. *Science*, 244(4907), 933–938.
<https://doi.org/10.1126/science.2658056>
- Moffitt, T. E., Arseneault, L., Belsky, D., Dickson, N., Hancox, R. J., Harrington, H., Houts, R., Poulton, R., Roberts, B. W., Ross, S., Sears, M. R., Thomson, W. M., & Caspi, A. (2011). A gradient of childhood self-control predicts health, wealth, and public safety. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 108(7), 2693–2698. <https://doi.org/10.1073/pnas.1010076108>
- Mokrova, I., O'Brien, M., Calkins, S., & Keane, S. (2010). Parental ADHD symptomology and ineffective parenting: The connecting link of home chaos. *Parenting: Science and Practice*, 10, 119 –135.
<http://dx.doi.org/10.1080/15295190903212844>
- Nazaré, B., Pereira, M., & Canavarro, M. C. (2017). Avaliação breve da psicossintomatologia: Análise fatorial confirmatória da versão portuguesa do Brief Symptom Inventory 18 (BSI 18). *Análise Psicológica*, 35(2), 213–230. <https://doi.org/10.14417/ap.1287>
- Nofziger, S. (2008). The “cause” of low self-control: The influence of maternal self-control. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 45, 191-224. [doi:10.1177/0022427807313708](https://doi.org/10.1177/0022427807313708)
- Palma P. (2019). *Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população geral*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

- Patterson, G. R., & Dishion, T. J. (1985). Contributions of families and peers to delinquency. *Criminology*, 23(1), 63–79.
<https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1985.tb00326.x>
- Pechorro, P., Pontes, C., DeLisi, M., Alberto, I., & Simões, M. (2020). Escala Breve de Autocontrolo: Validação e invariância numa amostra de jovens portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*, 54(1), 5–17.
<https://doi.org/10.21865/ridep54.1.01>
- Perrone, D., Sullivan, C. J., Pratt, T. C., & Margaryan, S. (2004). Parental efficacy, self-control, and delinquency: A test of a general theory of crime on a nationally representative sample of youth. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48, 298–312.
- Pestana M. H., & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pierce, T., Boivin, M., Frenette, É., Forget-Dubois, N., Dionne, G., & Tremblay, R. E. (2010). Maternal self-efficacy and hostile-reactive parenting from infancy to toddlerhood. *Infant Behavior & Development*, 33, 149–158.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.infbeh.2009.12.005>
- Piquero, A. R. (2008). Measuring Self-Control. In E. Goode (Ed.) *Out of Control: Assessing the General Theory of Crime* (pp. 26-37). California: Stanford University Press.
- Piquero, A. R., & Rosay, A. B. (1998). The reliability and validity of Grasmick et al.'s self-control scale: A comment on Longshore et al. *Criminology*, 36(1), 157–173.

- Poeschl, G., Múrias, C., & Costa, E. (2004). Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos. *Análise Social*, 39(171), 365-387.
- Pratt, T., & Cullen, F. (2000). The empirical status of Gottfredson and Hirschi's General Theory of Crime: A Meta-analysis. *Criminology*, 38(3), 931–964. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2000.tb00911.x>
- Ribeiro, A. P. (2019). *Contributos para a Validação do BRIEF-A (Behavior Rating Inventory of Executive Function – Adult Version) para a População Portuguesa: Um Estudo Exploratório com Adultos e Adultos Idosos* (Unpublished Master's Thesis). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, I. G., Cruz-Santos, A., & Miranda-Correia, L. (2012). A avaliação das funções executivas através do inventário BRIEF (versão portuguesa). *Revista de Psicologia*, 22(15), 25-36.
- Rothbart, M. K., & Rueda, M. R. (2005). The development of effortful control. In U. Mayr, E. Awh, & S. Keele (Eds.), *Developing individuality in the human brain: A tribute to Michael I. Posner*. Washington, D.C.: American Psychological Association. 167-188.
- Shekarkhar, Z., & Gibson, C. L. (2011). Gender, Self-Control, and offending behaviors among latino youth. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 27(1), 63–80. <https://doi.org/10.1177/1043986211402224>
- Shulman, E. P., Harden, K. P., Chein, J. M., & Steinberg, L. (2014). Sex differences in the developmental trajectories of impulse control and Sensation-Seeking from early adolescence to early adulthood. *Journal of Youth and Adolescence*, 44(1), 1–17. <https://doi.org/10.1007/s10964-014-0116-9>

- Silvestre, M. J. A. (2011). *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS): Estudo de validação numa amostra de adolescentes delinquentes institucionalizados em Centros Educativos* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra, Portugal.
- Simões, M. R. (2005). Potencialidades e limites do uso de instrumentos no processo de avaliação psicológica. *Psicologia, Educação e Cultura*, 9(2), 237-264.
- Tangney, J. P., Baumeister, R. F., & Boone, A. L. (2004). High self-control predicts good adjustment, less pathology, better grades, and interpersonal success. *Journal of Personality*, 72(2), 271–324. <https://doi.org/10.1111/j.0022-3506.2004.00263.x>
- Teasdale, B. (2009). Mental disorder and violent victimization. *Criminal Justice and Behavior*, 36(5), 513–535. <https://doi.org/10.1177/0093854809331793>
- Tittle, C. R., Ward, D. A., & Grasmick, H. G. (2003). Self-control and crime/deviance: cognitive vs. behavioral measures. *Journal of Quantitative Criminology*, 19(4), 333-365.
- Turner, M. G., & Piquero, A. R. (2002). The stability of self-control. *Journal of Criminal Justice*, 30(6), 457–471. [https://doi.org/10.1016/s0047-2352\(02\)00169-1](https://doi.org/10.1016/s0047-2352(02)00169-1)
- Turner, M. G., Livecchi, C. M., Beaver, K. M., & Booth, J. (2011). Moving beyond the socialization hypothesis: The effects of maternal smoking during pregnancy on the development of self-control. *Journal of Criminal Justice*, 39(2), 120–127. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2010.12.004>

- Vazsonyi, A. T., & Belliston, L. M. (2007). The family → low self-control → deviance: A cross-cultural and cross-national test of self-control theory. *Criminal Justice and Behavior*, *34*, 505-530.
- Vazsonyi, A. T., Mikuška, J., & Kelley, E. L. (2017). It's time: A meta-analysis on the self-control-deviance link. *Journal of Criminal Justice*, *48*, 48–63. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.10.001>
- Venables, N. C., Foell, J., Yancey, J. R., Beaver, K. M., Iacono, W. G., & Patrick, C. J. (2018). Integrating criminological and mental health perspectives on low self-control: A multi-domain analysis. *Journal of Criminal Justice*, *56*, 2–10. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.10.004>
- Vernon-Feagans, L., Willoughby, M., Garrett-Peters, P., & The Family Life Project Key Investigators. (2016). Predictors of behavioral regulation in kindergarten: Household chaos, parenting, and early executive functions. *Developmental Psychology*, *52*, 430 – 441. <http://dx.doi.org/10.1037/dev0000087>
- Vohs, K. D., & Heatherton, T. F. (2000). Self-regulatory failure: A resource-depletion approach. *Psychological Science*, *11*(3), 249–254. <https://doi.org/10.1111/1467-9280.00250>
- Wang, Z., Deater-Deckard, K., & Bell, M. A. (2013). Household chaos moderates the link between maternal attribution bias and parenting. *Parenting*, *13*, 233–252. <http://dx.doi.org/10.1080/15295192.2013.832569>
- Wolfe, S. E., & Hoffmann, J. P. (2016). On the measurement of low self-control in add health and NLSY79. *Psychology, Crime & Law*, *22*(7), 619–650. <https://doi.org/10.1080/1068316x.2016.1168428>

Anexos

Anexos

Anexo 1. Estatísticas de confiabilidade – Impulsividade

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em	N itens
.770		4

Anexo 2. Estatísticas de item-total - Impulsividade

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
EBA1	1.87	4.383	.524	.740
EBA2	1.32	3.292	.498	.800
EBA3	2.00	4.200	.722	.667
EBA4	1.58	3.785	.667	.666

Anexo 3. Estatísticas de confiabilidade - Preferência por Tarefas Simples

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em	N itens
.580		4

Anexo 4. Estatísticas de item-total - Preferência por Tarefas Simples

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
EBA5	1.06	2.383	.138	.704
EBA6	1.81	2.673	.514	.501
EBA7	1.41	1.926	.400	.477
EBA8	1.53	1.612	.608	.270

Anexo 5. Estatísticas de confiabilidade – Tendência para a Tomada de Risco

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em	N itens
.455		4

Anexo 6. Estatísticas de item-total - Tendência para a Tomada de Risco

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
EBA9	.53	.838	.499	.061
EBA10	1.34	2.104	.277	.369
EBA11	1.59	2.894	.151	.486
EBA12	1.41	2.284	.257	.389

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrole numa amostra de adultos da população forense

Ângela Rosário Loureiro Abreu (email: angela98abreu@gmail.com)

Anexo 7. Estatísticas de confiabilidade – Preferência por Atividades Físicas

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em	N itens
.294		4

Anexo 8. Estatísticas de item-total - Preferência por Atividades Físicas

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
EBA13	3.72	3.886	-.001	.417
EBA14	3.56	2.577	.475	-.208 ^a
EBA15	3.47	3.096	.270	.086
EBA16	4.06	4.060	-.044	.464

a. O valor é negativo devido a uma covariância média negativa entre itens. Isto viola as suposições do modelo de confiabilidade. É possível verificar as codificações de item.

Anexo 9. Estatísticas de confiabilidade – Egocentrismo

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em	N itens
.763		4

Anexo 10. Estatísticas de item-total - Egocentrismo

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
EBA17	.72	1.757	.641	.661
EBA18	.78	1.596	.707	.618
EBA19	.78	1.596	.800	.557
EBA20	1.00	3.097	.124	.855

Anexo 11. Estatísticas de confiabilidade – Temperamento Volátil

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em	N itens
.663		4

Anexo 12. Estatísticas de item-total – Temperamento Volátil

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
EBA21	1.39	1.778	.480	.582
EBA22	1.55	2.123	.214	.717
EBA23	1.16	1.340	.523	.539
EBA24	1.03	1.299	.597	.474

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

Ângela Rosário Loureiro Abreu (email: angela98abreu@gmail.com)

Anexo 13. Estatísticas de confiabilidade – Total

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em	N itens
.669		24

Anexo 14. Estatísticas de item-total – Total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
EBA1	13.13	32.326	.439	.673
EBA2	12.57	30.323	.408	.672
EBA3	13.27	31.099	.695	.654
EBA4	12.83	31.799	.450	.670
EBA5	12.63	33.482	.252	.689
EBA6	13.40	34.938	.344	.689
EBA7	12.97	33.275	.290	.686
EBA8	13.10	30.783	.592	.657
EBA9	12.47	33.223	.177	.701
EBA10	13.23	31.702	.591	.662
EBA11	13.50	35.914	.236	.696
EBA12	13.40	36.179	.040	.701
EBA13	12.37	31.826	.330	.682
EBA14	12.07	33.651	.192	.696
EBA15	12.00	37.724	-.186	.736
EBA16	12.70	36.355	-.069	.725
EBA17	13.23	35.220	.186	.694
EBA18	13.30	35.528	.114	.698
EBA19	13.30	35.045	.242	.692
EBA20	13.43	34.668	.474	.685
EBA21	13.20	35.338	.157	.696
EBA22	13.37	34.516	.320	.687
EBA23	12.97	34.240	.222	.692
EBA24	12.83	35.109	.121	.699

Anexo 15. Dados descritivos da EBA por sexo

	Sexo	M	DP	Mín.	Máx.
Impulsividade	F	2.47	3.183	0	12
	M	2.06	1.843	0	5
Tarefas Simples	F	1.00	1.826	0	7
	M	1.13	1.258	0	4
Egocentrismo	F	1.19	2.257	0	9
	M	1.00	1.317	0	4
Temperamento Volátil	F	2.07	1.751	0	6
	M	1.38	1.455	0	5
Total	F	13.57	7.197	2	29
	M	13.50	5.060	7	23

Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra de adultos da população forense

Ângela Rosário Loureiro Abreu (email: angela98abreu@gmail.com)

Anexo 16. Dados descritivos da EBA por categoria etária

	Idade	M	DP	Mín.	Máx.
Impulsividade	22-30	2.22	3.801	0	12
	31-40	2.25	2.006	0	5
	41-54	2.30	1.947	0	5
Tarefas Simples	22-30	1.11	1.537	0	4
	31-40	1.17	2.038	0	7
	41-54	.91	.944	0	3
Egocentrismo	22-30	.78	1.093	0	3
	31-40	.67	.985	0	3
	41-54	1.82	2.714	0	9
Temperamento Volátil	22-30	1.22	1.202	0	4
	31-40	2.09	2.119	0	6
	41-54	1.73	1.348	0	4
Total	22-30	13.33	7.247	2	29
	31-40	14.36	5.732	7	23
	41-54	12.80	5.731	5	23

Anexo 17. Dados descritivos da EBA por tipo de processo

	Tipo de Processo	M	DP	Mín.	Máx.
Impulsividade	PPP	2.61	3.051	0	12
	RRP	1.77	1.589	0	5
Tarefas Simples	PPP	1.21	1.751	0	7
	RRP	.85	1.214	0	4
Egocentrismo	PPP	1.37	2.216	0	9
	RRP	.69	.947	0	3
Temperamento Volátil	PPP	2.06	1.830	0	6
	RRP	1.23	1.166	0	4
Total	PPP	15.24	6.987	2	29
	RRP	11.31	3.683	5	16

Anexo 18. Dados descritivos do BRIEF-A por sexo

	Sexo	M	DP	Mín.	Máx.
Inibição	F	10.00	1.673	8	14
	M	10.75	2.701	8	16
Mudança	F	9.18	2.040	6	11
	M	8.50	2.153	6	12
Controlo Emocional	F	15.09	2.468	11	19
	M	12.83	2.758	10	20
Planificação	F	12.73	2.195	10	16
	M	13.08	3.059	10	20
Completamento de Tarefas	F	8.00	1.789	6	11
	M	9.08	1.975	7	12

Anexo 19. Dados descritivos da BRIEF-A por categoria etária

	Idade	M	DP	Mín.	Máx.
Inibição	22-30	10.20	1.483	8	12
	31-40	11.00	2.449	8	15
	41-54	9.89	2.472	8	16
Mudança	22-30	7.80	2.490	6	11
	31-40	8.78	1.986	6	11
	41-54	9.44	1.944	6	12
Controlo Emocional	22-30	13.00	2.000	11	15
	31-40	14.56	2.963	10	19
	41-54	13.78	3.153	10	20
Planificação	22-30	12.40	2.302	10	16
	31-40	13.33	2.500	10	18
	41-54	12.78	3.114	10	20
Completamento de Tarefas	22-30	8.40	1.673	7	11
	31-40	8.67	1.732	6	12
	41-54	8.56	2.404	6	12

Anexo 20. Dados descritivos do BREIF-A por tipo de processo

	Tipo de Processo	M	DP	Mín.	Máx.
Inibição	PPP	10.43	2.409	8	16
	RRP	10.33	2.121	8	15
Mudança	PPP	8.71	2.335	6	12
	RRP	9.00	1.732	6	11
Controlo Emocional	PPP	14.21	3.332	10	20
	RRP	13.44	1.810	10	16
Planificação	PPP	13.43	2.980	10	20
	RRP	12.11	1.833	10	16
Completamento de Tarefas	PPP	8.86	2.070	6	12
	RRP	8.11	1.691	6	11

Anexo 21. Dados descritivos do BSI por sexo

	Sexo	M	DP	Mín.	Máx.
Somatização	F	3.82	3.459	0	11
	M	1.83	2.691	0	7
Obsessões/Compulsões	F	5.82	4.665	0	12
	M	4.00	2.594	0	7
Ansiedade	F	5.09	3.534	0	11
	M	2.33	2.060	0	7
Hostilidade	F	2.09	2.256	0	8
	M	1.42	1.621	0	6
Ideação Paranóide	F	6.18	4.378	0	12
	M	2.92	2.610	0	8
Psicoticismo	F	1.55	2.382	0	6
	M	1.00	1.859	0	6

Anexo 22. Dados descritivos do BSI por categoria etária

	Idade	M	DP	Mín.	Máx.
Somatização	22-30	2.33	2.733	0	7
	31-40	2.10	2.644	0	7
	41-54	4.14	4.140	0	11
Obsessões/Compulsões	22-30	4.00	3.633	0	9
	31-40	6.30	3.743	0	12
	41-54	3.57	3.690	0	10
Ansiedade	22-30	2.33	2.733	0	7
	31-40	4.40	3.062	0	11
	41-54	3.71	3.592	0	10
Hostilidade	22-30	1.83	3.125	0	8
	31-40	1.50	.972	0	3
	41-54	2.00	2.000	0	6
Ideação Paranóide	22-30	2.67	2.805	0	7
	31-40	4.90	3.348	1	10
	41-54	5.43	5.159	0	12
Psicoticismo	22-30	1.00	1.265	0	3
	31-40	.90	2.025	0	6
	41-54	2.00	2.769	0	6

Anexo 23. Dados descritivos do BSI por tipo de processo

	Tipo de Processo	M	DP	Mín.	Máx.
Somatização	PPP	3.50	3.481	0	11
	RRP	1.67	2.398	0	7
Obsessões/Compulsões	PPP	5.07	4.269	0	11
	RRP	4.56	3.005	0	9
Ansiedade	PPP	3.86	3.655	0	11
	RRP	3.33	2.236	0	7
Hostilidade	PPP	1.64	1.692	0	6
	RRP	1.89	2.369	0	8
Ideação Paranóide	PPP	5.43	4.309	0	12
	RRP	3.00	2.598	0	7
Psicoticismo	PPP	1.79	2.455	0	6
	RRP	.44	1.014	0	3

Anexo 24. Dados descritivos da BIS-11 por sexo

	Sexo	M	DP	Mín.	Máx.
Total					
	F	62.57	6.294	55	72
	M	60.86	7.426	50	73

Anexo 25. Dados descritivos da BIS-11 por categoria etária

	Idade	M	DP	Mín.	Máx.
Total					
	22-30	59.50	7.939	50	67
	31-40	61.33	5.820	55	72
	41-54	64.50	7.506	56	73

Anexo 26. Dados descritivos do BIS-11 por tipo de processo

	Tipo de Processo	M	DP	Mín.	Máx.
Total					
	PPP	61.86	7.010	50	72
	RRP	61.57	6.876	55	73

Anexo 27. Dados descritivos da DESCA por sexo

	Sexo	M	DP	Mín.	Máx.
Busca de Aprovação Social					
	F	11.00	2.582	7	16
	M	10.79	3.167	6	16
Gestão de Imagem Social					
	F	2.13	3.117	0	11
	M	2.25	1.582	0	5
Dependência Relacional					
	F	10.77	2.242	8	15
	M	9.07	2.464	4	13

Anexo 28. Dados descritivos da DESCA por categoria etária

	Idade	M	DP	Mín.	Máx.
Busca de Aprovação Social	22-30	9.86	3.436	6	16
	31-40	10.70	3.234	7	16
	41-54	11.80	1.814	9	14
Gestão de Imagem Social	22-30	3.11	3.296	0	11
	31-40	2.17	2.082	1	8
	41-54	1.45	1.809	0	4
Dependência Relacional	22-30	9.29	2.870	4	12
	31-40	10.40	3.026	5	15
	41-54	9.80	1.549	8	13

Anexo 29. Dados descritivos da DESCA por tipo de processo

	Tipo de Processo	M	DP	Mín.	Máx.
Busca de Aprovação Social	PPP	10.63	2.895	6	16
	RRP	11.27	2.867	7	16
Gestão de Imagem Social	PPP	2.89	2.706	0	11
	RRP	1.15	1.463	0	5
Dependência Social	PPP	9.94	2.932	4	15
	RRP	9.82	1.722	8	13

Anexo 30. Estatísticas de Escala do BIS-11

M	DP	Nº de itens
61.71	6.673	30

Anexo 31. Estatísticas descritivas da Escala de Baixo Autocontrolo

	M	DP	Mín.	Máx.
EBA1	.38	.707	0	3
EBA2	.91	1.088	0	3
EBA3	.28	.634	0	3
EBA4	.68	.791	0	3
EBA5	.88	.793	0	2
EBA6	.13	.336	0	1
EBA7	.53	.761	0	3
EBA8	.41	.756	0	3
EBA9	1.09	1.088	0	3
EBA10	.28	.634	0	3
EBA11	.03	.177	.0	1
EBA12	.22	.608	0	3
EBA13	1.22	1.008	0	3
EBA14	1.38	.942	0	3
EBA15	1.47	.950	0	3
EBA16	.88	1.008	0	3
EBA17	.38	.660	0	3
EBA18	.31	.693	0	3
EBA19	.31	.644	0	3
EBA20	.09	.296	0	1
EBA21	.31	.471	0	1
EBA22	.16	.454	0	2
EBA23	.53	.671	0	3
EBA24	.66	.653	0	2